

O papel social da banca no concelho da Lourinhã

Dora Agostinho

Mestrado Estratégia de Investimento
e Internacionalização

Apresentação de Projeto de Dissertação para obtenção do grau de mestre em
Estratégia de Investimento e Internacionalização

Orientador: Prof. Doutor Rui Moreira de Carvalho
Professor Associado Instituto Superior de Gestão

Dezembro 2023

Resumo

Este trabalho analisa “O papel social da banca no concelho da Lourinhã”, considerando a importância do sistema financeiro enquanto instrumento de apoio ao processo de desenvolvimento de uma região, designadamente do município da Lourinhã. A região do Oeste, onde está localizada a Vila da Lourinhã, é caracterizada por um significativo conjunto de instituições financeiras seculares, com a sua propriedade de teor corporativo, distribuídas pelas comunidades locais com capacidade de apoiar o investimento (taxas de transformação adequadas), com bons indicadores de resiliência (Core Tier 1) e de desempenho.

No quarto quartel do século passado, assistiu-se na Europa ao surgimento de diversos bancos de teor acionista, sendo que, naturalmente, a região acompanhou essa evolução com a abertura de agências bancárias. Contudo, e em particular a partir da crise financeira de 2008, associada à emergência de novos modelos de financeiras tecnológicas (Fintech), tem-se assistido ao encerramento de balcões e à retirada de Automated Teller Machine (ATM) das freguesias com frágeis capacidades económicas. Assim, de 2000 a 2021, e a nível de Portugal, observou-se um decréscimo do número de balcões de 4.950 para 3.266, ou seja, de 34%, nos bancos de teor acionista. Em contraponto ao número de balcões bancárias das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM), no mesmo período, passaram de 577 para 681, ou seja, aumentaram 15%.

Neste enquadramento, este estudo analisa a evolução do investimento *versus* desinvestimento entre a banca incumbente de teor acionista e a banca de teor cooperativo na Região Oeste. O modelo de investigação foi o qualitativo, com estudo de caso, complementado com a realização de uma entrevista a dez membros de instituições de solidariedade social local.

Em 2023, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã tem 9 balcões, 23 ATM e uma estrutura de governo (conselho de administração, conselho fiscal e mesa da assembleia geral), constituída por residentes na região e maioritariamente nascidos e integrados na comunidade local. Desta forma, a preservação desta instituição financeira de propriedade e de gestão local tende a mitigar os efeitos da emergência da sociedade digital sobre a perda de proximidade à comunidade. Realça do estudo a necessidade de uma maior intervenção na captação de novos membros, e a sua efetiva participação nas decisões estratégicas. Este facto pode reforçar a manutenção da capacidade de promoção de um “centro de decisão local” como promotor de um desenvolvimento local sustentável e inclusivo.

Palavras-Chave: sistema financeiro; desenvolvimento; banca mutualista; comunidade.

Summary

This paper analyzes "The social role of banking in the municipality of Lourinhã", considering the importance of the financial system as an instrument to support the development process of a region, namely the municipality of Lourinhã. The Oeste region, where Vila da Lourinhã is located, is characterized by a significant set of secular financial institutions, with their corporate ownership, distributed among local communities with the capacity to support investment (adequate transformation rates), with good resilience indicators (Core Tier 1) and performance.

In the fourth quarter of the last century, Europe saw the emergence of several shareholder banks, and naturally, the region followed this evolution with the opening of bank branches. However, and particularly since the 2008 financial crisis, associated with the emergence of new financial technology (Fintech) models, there has been the closure of branches and the withdrawal of Automated Teller Machine (ATM) from parishes with fragile economic capacities. Thus, from 2000 to 2021, and at the level of Portugal, there was a decrease in the number of branches from 4,950 to 3,266, i.e. 34%, in shareholder banks. In contrast to the number of bank branches of the Mutual Agricultural Credit Banks (CCAM), in the same period, they increased from 577 to 681, that is, an increase of 15%.

In this context, this study analyzes the evolution of investment *versus* divestment between shareholder incumbent banking and cooperative banking in the Western Region. The research model was qualitative, with a case study, complemented with an interview with ten members of local social solidarity institutions.

In 2023, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã has 9 branches, 23 ATMs and a governance structure (board of directors, fiscal council and general meeting table), made up of residents in the region and mostly born and integrated into the local community. In this way, the preservation of this locally owned and managed financial institution tends to mitigate the effects of the emergence of the digital society on the loss of proximity to the community. The study highlights the need for greater intervention in attracting new members, and their effective participation in strategic decisions. This can strengthen the maintenance of the capacity to promote a "local decision-making centre" as a promoter of sustainable and inclusive local development.

Key words: financial system; development; mutual banking; community.

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar para o meu orientador, o Professor Doutor Rui Moreira de Carvalho, sem o qual este percurso não teria sido possível. Agradeço não só os seus conhecimentos, o seu saber, como também o seu apoio total, o seu entusiasmo é contagiante!

À minha família em geral, mas principalmente ao meu esposo e filhos, agradeço o facto de estarem sempre presentes e me apoiarem em todas as decisões da minha vida.

À minha mãe estrela, que continua a dar-me a força e persistência para alcançar os meus objetivos e superar os desafios.

Aos meus colegas de mestrado, Ricardo e Ana agradeço o companheirismo e todas as partilhas.

Aos meus Professores do Mestrado em Estratégia de Investimento e Internacionalização, pela dedicação e transmissão de conhecimentos.

Aos meus colegas do Conselho Fiscal do CCAM da Lourinhã, Patrique e Vera, por tantas vezes me ouvirem e me apoiarem.

Ao meu grande amigo e ex-colega João Picão, por se disponibilizar e ajudar na recolha de informação.

À Administração do CCAM de Lourinhã, por me disponibilizarem a informação necessária.

A todas as instituições que responderam ao questionário, tornando possível chegar a conclusões.

Aos meus alunos e ex-alunos, por me ensinarem tanto e prepararem para esta minha etapa de vida.

À Margarida Caldeira, minha ex-professora, colega e amiga, por me ter incentivado a querer mais e continuar a acompanhar de perto o meu percurso.

“Aqueles que passam por nós não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”

Antoine de Saint-Exupéry

Abreviaturas e acrónimos

AGRIMUTUO	Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo
ATM	Automated Teller Machine (Caixa Automática)
BC	Banco Central
BCE	Banco Central Europeu
CA	Conselho de Administração
CCAM	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo
CCAML	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã
CF	Conselho Fiscal
EU	União Europeia
FENACAM	Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo
GCF	Grande Crise Financeira
LSI	Less Significant Institutions (instituições crédito menos significativas)
MREL	Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities)
MUS	Mecanismo Único de Supervisão
NCA	Autoridades Nacionais Competentes
PME	Pequena e Médias Empresas
RAM	Região Autónoma da Madeira
SBP	Sistema Bancário Português
SICAM	Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo
SSE	<i>Significant supervised entities</i> (instituições de crédito significativas)
TIC	Tecnologias de informação e Comunicações

Glossário

Cooperativismo – “É a doutrina que preconiza a colaboração e a associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades económicas. O associativismo cooperativista tem por fundamento o progresso social da cooperação e do auxílio mútuo segundo o qual aqueles que se encontram na mesma situação desvantajosa de competição conseguem, pela soma de esforços, garantir a sobrevivência”. (Wikipédia, 2023)¹.

Banca Cooperativa - Os bancos cooperativos são instituições privadas. São propriedade dos seus membros, que são também os seus clientes (por exemplo, empresários locais, artesãos, agricultores e agregados familiares).

Banca de Teor Acionista – sistema económico em que a forma empresarial dominante são sociedades juridicamente independentes que podem juntar capital de muitos acionistas com responsabilidade limitada, complementadas por um mercado de ações aberto para negociar livremente essas ações.

Banco sistémico é uma instituição financeira que, pela sua grande dimensão e importância no mercado, a sua queda ou desaparecimento teria um impacto negativo significativo para um país (Carvalho, 2022, p. XV).

Capitalismo acionista - sistema económico em que a forma empresarial dominante são sociedades juridicamente independentes que podem juntar capital de muitos acionistas com responsabilidade limitada, complementadas por um mercado de ações aberto para negociar livremente essas ações. O modelo conduz a um sistema em que a medida final do sucesso de uma empresa é a medida que maximiza o valor dos acionistas. (Carvalho, 2022, p. XV).

Checks and balances - sistema de controlos e equilíbrios de poderes que permite contrabalançar as influências pelas quais uma empresa ou sistema é regulado, tipicamente as que asseguram que o poder não está concentrado nas mãos de indivíduos ou grupos (Carvalho, 2022, p. XV).

Core Tier 1 – “O rácio Core Tier 1 estabelece um nível mínimo de capital que as instituições devem ter em função dos requisitos de fundos próprios decorrentes dos riscos associados à sua

¹ Cooperativismo – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org) (15 outubro de 2023)

atividade. Apurado através do quociente entre o conjunto de fundos próprios designado de “core” e posições ponderadas em função do seu risco.” (Banco de Portugal, 2023)²

Corporate governance – “Totalidade dos mecanismos institucionais e organizacionais, bem como dos direitos de decisão, intervenção e controlo correspondentes, que servem para resolver conflitos de interesses entre os diferentes grupos que têm uma participação numa empresa e que, isoladamente ou na sua interação, determinam a importância das decisões nesse contexto e, em última análise, quais as decisões a tomar” (Carvalho, 2022, p.XV).

Desenvolvimento Social – “refere-se tanto ao capital humano como ao capital social de uma sociedade. Significa e consiste em uma evolução ou mudança positiva nas relações entre os indivíduos, grupos e instituições de uma sociedade”. (Editora Conceitos, 2023)³

Fintech – “são “financeiras tecnológicas”, que resultam do processo de viabilização de negócios através da tecnologia, tendo em comum um conjunto de particularidades, como promoverem a desintermediação, contribuir para a revolução na forma como as empresas desenvolvem e comercializam os seus produtos e serviços, contribuem para a promoção do empreendedorismo, contribuem para o crescimento inclusivo e promovem soluções para questões relacionadas com a regulação, as leis e a privacidade” (Dhar & Stein, 2017).

Fit and Proper é o processo promovidos pelas entidades supervisionadas para seleção e nomeação, para o órgão de administração, de pessoas que cumpram os requisitos de adequação e idoneidade (“aptidão”). Têm de proceder à diligência devida e à avaliação dos membros do órgão de administração, não apenas antes da nomeação, mas também numa base regular (por exemplo, no caso de uma alteração significativa das responsabilidades de um membro do órgão de administração)⁴ (Carvalho, 2022, p.XV)

Inclusão financeira – “a inclusão financeira deve consistir numa combinação de profundidade de mercado (dimensão e liquidez), eficiência (serviços financeiros de baixo custo sustentáveis) e acesso (capacidade dos indivíduos para acederem a serviços financeiros)”. (Rodrigues, 2022)

Responsabilidade Social – “Atividade empreendedora responsável, no âmbito da atividade

²<https://www.bportugal.pt/comunicado/comunicado-relativo-aviso-do-banco-de-portugal-sobre-reforco-do-racio-core-tier-1-das> (15 dezembro 2023)

³ Editora Conceitos.com (2023). Conceito de Desenvolvimento Social. Em <https://conceitos.com/desenvolvimento-social/>. Acedido dezembro 2023.

⁴ https://www.bankingsupervision.europa.eu/ecb/pub/pdf/ssm.fap_guide_201705_rev_201805.en.pdf

empresarial (mercado), por aspetos ecologicamente relevantes (meio ambiente), incluindo relações com os trabalhadores (local de trabalho) e o intercambio com as partes interessadas relevantes.” (Carvalho, 2022, p.XVI).

Partes interessadas – “Grupos e indivíduos que direta ou indiretamente, influenciam ou são influenciados pela realização dos objetivos da empresa, nomeadamente colaboradores, acionistas, credores, fornecedores e clientes.” (Carvalho, 2022, p.XVI).

Índice

Resumo	2
Summary.....	3
Agradecimentos	4
Glossário	6
Índice de Figuras	11
1. Introdução.....	12
1.1. O desempenho de uma instituição financeira	12
1.2. A empresa como instrumento social	13
1.3. A definição do tema de investigação	15
1.4. Pergunta de partida	15
1.5. Estrutura do Trabalho	16
2. Revisão da Literatura	18
2.1. Seis regras basilares da banca de teor cooperativa	21
2.2. A banca de teor corporativo europeia	23
2.3. O princípio da proporcionalidade	29
2.4. A responsabilidade social e a sustentabilidade corporativa.....	32
2.5. Proximidade Social	34
3. Método de Investigação	37
3.1. Modelo de Investigação	38
3.2. Questões de investigação	39
3.3. Instrumentos de investigação	39
4. O sistema financeiro português <i>Versus</i> Os bancos da Região Oeste	41
4.1. Indicadores Financeiros – sistema bancário português Vs Grupo Caixa Crédito Agrícola.....	45

4.2.	Estrutura de <i>governance</i> da banca na região do Oeste	48
4.3.	Implantação por número de agências.....	52
4.4.	O movimento associativo da banca de teor cooperativo.....	54
5.	O banco da Lourinhã, na região Oeste de Portugal.....	57
5.1.	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã	58
5.2.	O Papel social da banca no Concelho da Lourinhã.....	60
6.	Conclusões	64
6.1.	Limitações e sugestões para investigação	67
7.	Referências bibliográficas	68

Índice de Figuras

Figura 1- Evolução empréstimos sistema bancário agregado Vs bancos cooperativos	27
Figura 2 - Evolução de depósitos no sistema bancário agregado Vs bancos cooperativos	28
Figura 3 - Modelo de Investigação.....	38
Figura 4 - Distribuição de agências bancárias de teor acionista e caixas económicas em Portugal	43
Figura 5 -Distribuição de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo em Portugal	43
Figura 6 -Evolução de agências por concelho dos bancos de teor acionistas e Caixas Económicas	44
Figura 7 - Evolução de agências por concelho das CCAM 2000 - 2021	45
Figura 8 - Evolução dos membros e rácio entre a população e os membros da banca cooperativa na europa (member growth and member-population ratio)	55
Figura 9 - Mapa topográfico da região Oeste.....	57
Figura 10 - Mapa topográfico do concelho da Lourinhã.....	58
Figura 11 – Número de colaboradores em 2022	59

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Comparação do Rácio Common Equity Tier 1.....	46
Gráfico 2 – Comparação do Rácio Transformação	46
Gráfico 3 - Evolução do Resultado Líquido da CCAM da Lourinhã.....	59
Gráfico 4 – Evolução do Rácio Common Equity Tier 1	60

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Indicadores económicos dos principais bancos de teor cooperativos (2021).....	24
Tabela 2 - Quotas de mercado dos bancos de teor cooperativo (2021).....	25
Tabela 3 - Instituições financeiras (2019).....	30
Tabela 4-Indicadores económicos dos principais bancos de teor cooperativos (2000-2021)	42
Tabela 5 - Instituições financeiras (2022)	47
Tabela 6 - Integração de género na banca da região do Oeste (2022).....	48
Tabela 7 - Indicadores económicos, do número de colaboradores e do número de agências das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Oeste em dezembro de 2020 e 2022.	51
Tabela 8 - Agências na Região do Oeste em 2010.....	52
Tabela 9 - Agências na Região do Oeste em 2022.....	53
Tabela 10 – Número de Associados das CCAM da Região Oeste em 2022	56

1. Introdução

As investigações sobre os modelos de financiamento do desenvolvimento regional tendem a negligenciar a importância de coordenar as atividades de diferentes partes interessadas. As comunidades menos favorecidas em termos económicos (de baixos rendimentos) e outros grupos marginalizados devem ser vistos como potenciais empresários e parceiros na prestação de serviços para aumentar a eficácia do uso de recursos e reduzir a pobreza. Mas a quem compete apoiar a criação de uma missão de apoio ao desenvolvimento sustentável?

Este trabalho explora a criação de modelos de negócios suportados na base da pirâmide social das regiões, em comunidades em que a geografia é um fator relevante na capacidade de promover alianças para investir. Ele apresenta exemplos da Lourinhã, uma vila portuguesa, sede de município, localizada na região Oeste, banhada pelo mar, com uma área de cerca de 147 km² e uma população, em 2021, de cerca de 26 mil habitantes (Wikipédia, 2023)⁵.

Nesta vila, a importância da existência da sede de uma instituição financeira, com seus associados, órgãos sociais e outros responsáveis locais, oferece uma importante vantagem comparativa para o desejado desenvolvimento.

Estes grupos organizados de proprietários fazem três contribuições essenciais, designadamente: (i) recursos financeiros, (ii) informações detalhadas sobre a composição da estrutura de tomada de risco e (iii) apoio no reforço das capacidades para tomada de decisão e ação coletiva. Essas contribuições são sustentadas pelo capital financeiro e social desenvolvido por meio da poupança da sua comunidade e permitem a entrega de melhorias urbanas complexas em escala.

1.1. O desempenho de uma instituição financeira

Para Reto, Bento e Crespo (2022, p.28) nos últimos anos, “os sistemas bancários europeus tornaram-se cada vez mais isomorfos”, com uma tendência para a integração (ganho de escala e de âmbito) e liberalizados trilhando caminhos que recordam a desregulamentação dos produtos e serviços, preconizada a partir da década de 1980, orientada pela denominada escola de Chicago.

Este processo progressivo de integração financeira está a mitigar a concorrência, criando instituições “cada vez maiores”. No entanto, vários autores têm argumentado que esse aumento de dimensão, designadamente ao nível do balanço (ativos) poderia levar – pelo menos no curto

⁵ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lourinh%C3%A3> (4 novembro de 2023)

prazo – a incentivos para uma maior tomada de risco bancário. Os reguladores têm tentado contrabalançar esses incentivos, dando à adequação de capital um papel mais proeminente no processo regulatório bancário.⁶ Nesse sentido, devido às pressões regulatórias e de mercado, a maioria dos bancos europeus tem sido pressionada a aumentar a sua capitalização.

Mas será a procura de capitalização que mitiga o risco? Como se observa (monitoriza) a capitalização de uma instituição financeira? Pelo indicador de Core Tier 1? Pela baixa taxa de transformação? Pela disseminação do risco? Pelo conhecimento transparente das colaterais que servem de apoio à tomada de risco? Pela intervenção e monitorização das suas partes relacionadas pelas suas partes interessadas?

A literatura existente sobre os determinantes da assunção de riscos bancários e, mais especificamente, os estudos que examinam a relação entre o capital de um banco e as posições de risco frequentemente produzem previsões conflitantes. A principal razão para isso é que a maioria das hipóteses não é exclusiva. Por exemplo, problemas de assimetria de informações e custos de agência podem ter um impacto significativo nos *trade-offs* entre risco e capital bancário (Jensen, 1986; Berger, 1995) e isso explica por que algumas instituições podem reagir ao aumento das necessidades de capital assumindo mais risco, enquanto outras podem reduzir a alavancagem (menos endividamento).

Dado que a teoria fornece previsões contraditórias, a única maneira de determinar a relação entre capital, risco e eficiência na banca europeia é recorrer à análise empírica. Como indicam Berger *et al.* (1995) e Jackson & Smith (1999), as pesquisas empíricas sobre o tema são escassas, particularmente na Europa. Contudo a grande crise financeira de 2007-8 ofereceu a melhor prova empírica: e, nesse contexto, em Portugal, a banca de teor cooperativo (i) não teve qualquer necessidade de resgate e a (ii) sua tradicional taxa de transformação relativamente baixa permitiu assegurar os compromissos com os seus clientes e aumentar o âmbito dos mesmos.

1.2. A empresa como instrumento social

Para Carvalho (2022, p.5) “uma empresa é uma unidade económico-social, integrada por elementos humanos, materiais e técnicos, que tem o objetivo de obter valor fazendo uso dos fatores de produção (trabalho, terra e capital). Assim como o homem não vive do que come,

⁶ Por exemplo, Vives (2000, p. 15) observa que “a tendência geral é introduzir concorrência na banca e verificar a assunção de riscos com requisitos de fundos próprios e supervisão adequada”.

mas do que assimila, também a empresa só se desenvolve com a harmonia do conjunto ao agregar no interesse das partes”.

Este autor, de seguida recorda que Hall & Soskice (2001, p.1) identificam “quadros que contextualizam respostas a uma série de questões importantes, sendo que algumas (i) estão relacionados com a política. Que tipo de políticas económicas melhoram o desempenho da economia? O que fazem os governos perante os desafios económicos? O que define as capacidades de um Estado para enfrentar tais desafios? Outras questões (ii) estão relacionadas com a empresa. As empresas localizadas em diferentes nações apresentam diferenças sistemáticas na sua estrutura e estratégias? Em caso afirmativo, o que inspira tais diferenças? Como podem ser explicadas as diferenças nacionais no ritmo ou no carácter da inovação?”

O objetivo deste trabalho é analisar a relação com a região de um pequeno banco cooperativo, com sede numa vila na região Oeste de Portugal, em comparação com os bancos de teor acionista com intervenção direta através de agências bancárias. O município da Lourinhã está situado a 65 quilómetros ao norte de Lisboa e é limitado a norte por Óbidos e Peniche, a nordeste pelo município do Bombarral, a sudoeste pela vila do Cadaval, e a Sul por Torres Vedras.

Desde logo Guerreiro (2023), sobre o município vizinho de Torres Vedras, observa que “cada uma das nossas freguesias tem uma agência do seu banco local, a nossa Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras. E cada município vizinho é, imagine-se, sede de um banco local, com dirigentes locais, com as suas partes interessadas, designadamente os seus proprietários, integradas na sua comunidade. E isto é importante, porque cria, desde a sua fundação, centenária, valor inclusivo, sustentável e socialmente responsável. Ora, em novembro de 2023, das 15 empresas que integram o ainda denominado PSI 20, só uma tem sede fiscal em Portugal”.

Pois o município da Lourinhã tem oito freguesias, e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã tem agências e caixas automáticas ATM (*Automated Teller Machine*) em todas as freguesias e é líder nos diversos segmentos de negócio no concelho.

Segundo o trabalho coordenado pelo Professor Luis Reto, em Portugal, dos 294 concelhos, o Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) é líder em 231. E as 5 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Independentes lideram os concelhos onde atuam (Reto, Bento e Crespo, 2022, p.14).

1.3. A definição do tema de investigação

Na escolha de um tema de investigação é muito importante que este seja significativo, isto é, que contribua de forma adequada para um problema relevante.

Importa também que o tema contenha novidade, ou seja, que permita um ajustamento da direção, resultado da observação sobre a literatura existente. O tema deve, também, suscitar curiosidade, isto é, deve ser ambicioso na sua abrangência. Por último, deve ter capacidade de ação, oferecer novas perspetivas, ideias, conhecimentos para a realidade prática organizacional (Gomes & Cesário, 2014; Frazão, 2018), ou seja, o problema de investigação é o foco que pretendemos responder: como, quando, onde e porquê.

O movente desta investigação é o de identificar instrumentos de “apoio ao desenvolvimento sustentado de uma região” particularmente ao nível do apoio ao financiamento e investimento das comunidades na região da Lourinhã assim como as características da equipa de gestão de um banco.

No quadro desta preocupação, levámos a cabo uma pesquisa exploratória suportada na informação disponível sobre os relatórios de contas dos bancos com sede na região do Oeste, designadamente na vila da Lourinhã complementada com um conjunto (dez) de entrevistas para uma melhor caracterização dos resultados.

1.4. Pergunta de partida

Introduzido o contexto que suporta o processo de delimitação do âmbito, importa desenvolver o foco do trabalho (Campenhoudt, Marquet, & Quivy, 2019). Desta forma, estamos em condições de apresentar a seguinte pergunta de partida.

P1 – Qual o papel do sistema financeiro no desenvolvimento no concelho da Lourinhã?

O objetivo deste trabalho é (a) caracterizar os principais objetivos dos bancos, em particular no concelho da Lourinhã; (b) fornecer um breve relato das instituições incumbentes na região e sugerir a perceção sobre as suas tendências (futuras).

Suportado no modelo de investigação preconizado, vamos identificar três questões que ajudam a aprofundar o tema, designadamente:

- (i) análise da evolução da distribuição de agências na Lourinhã na década de 2000 a 2022;

- (ii) caracterização do perfil dominante dos bancos na Vila da Lourinhã e
- (iii) observação da estrutura de *governance* na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã, a par de congéneres.

De início, para uma melhor contextualização da problemática, vamos caracterizar os bancos cooperativos na Europa, apontando os seus principais indicadores económicos e financeiros. Depois, recorreremos, a análises comparativas da banca incumbente de teor acionista *versus* cooperativa (mutualista).

O trabalho conclui com um apelo à diversidade das formas institucionais de bancos e defende que é importante salvaguardar os pontos fortes de todos mesmo os que não estão em conformidade com o modelo tipo como *standard* de um grande banco comercial orientado para os acionistas.

Terminada a introdução ao estudo, vamos apresentar a sua estrutura.

1.5. Estrutura do Trabalho

A investigação encontra-se estruturada em sete capítulos. O primeiro trata a introdução, e o modelo conceptual adotado para o desenvolvimento deste trabalho.

No segundo capítulo é feita a revisão da literatura sobre (i) as seis regras basilares da banca de teor cooperativo, (ii) a banca de teor corporativo europeia, (iii) o princípio da proporcionalidade, (iv) a responsabilidade social e a sustentabilidade corporativa e o conceito de (vi) proximidade social.

No terceiro capítulo é apresentado modelo de investigação, as questões de investigação e os seus instrumentos.

No quarto capítulo são enquadrados “o sistema financeiro português versus o banco da Lourinhã”. São apresentados e apreciados os (i) Indicadores Financeiros – sistema bancário português vs Grupo Caixa Crédito Agrícola (ii) Estrutura de *governance* da banca na região do Oeste, (iii) Implantação por número de agências e (iv) O movimento associativo da banca de teor cooperativo.

No quinto capítulo apresenta o “O banco da Lourinhã, na região Oeste de Portugal” onde é apresentado a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã e o papel social da banca no Concelho da Lourinhã.

Finalmente são apresentadas as conclusões, as limitações e pistas para futuras investigações.

2. Revisão da Literatura

Para Ayadi *et al.* (2010), “a banca europeia é uma mistura de muitos tipos diferentes de bancos: bancos públicos, estaduais, cooperativos, mútuos e privados. É feita uma distinção particular entre os bancos de valor das partes interessadas (stakeholder value) (dos quais os bancos cooperativos são uma componente importante) e os bancos de valor acionista. A distinção tem, em última análise, a ver com os objetivos de fundo dos bancos e em que medida a maximização dos lucros é o foco central dos modelos de negócio. Tal como acontece com os bancos de poupança, os bancos cooperativos podem ser classificados como instituições de “dupla linha de fundo” na medida em que os seus proprietários (os cooperantes, também designados como membros) tendem a ter uma intervenção direta na monitorização do modelo de risco da instituição”.

A recorrência das crises bancárias ocorridas este século aumentou as preocupações com a estabilidade do sistema financeiro.⁷ Nesse processo, vários autores têm se concentrado nos efeitos negativos que uma generosa rede de segurança pode ter em termos de incentivos à assunção de riscos bancários e, portanto, na necessidade de uma regulação prudencial mais rigorosa. Entre as diferentes ferramentas utilizadas pelos reguladores para fins prudenciais, a regulação de adequação de capital tem desempenhado um papel cada vez mais relevante.

No entanto, a literatura oferece resultados contraditórios quanto ao desenho ótimo da regulação da adequação de capital e aos efeitos dos requisitos de capital sobre os incentivos bancários à assunção de riscos (Berger *et al.*, 1995; Freixas e Rochet, 2008; Rime, 2001b), de modo que a questão teórica de como índices de capital mais altos reduzem o risco bancário global tem sido amplamente não resolvida na literatura.

Por outro lado, há quase um consenso de que os regulamentos de adequação de capital devem ser estabelecidos em conjunto com outros instrumentos prudenciais regulatórios e de mercado, a fim de criar um conjunto ótimo de incentivos (Freixas & Gabillon, 1999).

Com relação a estes últimos, Cláudio (2004) observa a importância que a disciplina de mercado pode ter na tomada de risco dos bancos e na força do capital. O argumento é o que os detentores

⁷ Crise Financeira Global de 2007-2008 assim a falência, em março de 2023, do Credit Suisse, na Suíça, e do Silicom Valey Bank, nos EUA in <https://expresso.pt/economia/sistema-financeiro/2023-03-16-Descodificador-o-que-aconteceu-com-o-Credit-Suisse-e-como-pode-afetar-Portugal--40f633ba> (26 de dezembro de 2023).

de passivos bancários, como depósitos e/ou dívida não subordinada, têm um incentivo para penalizar os bancos, pedindo retornos mais elevados, se assumirem mais riscos.

Os bancos, por sua vez, responderão detendo mais capital para reduzir o risco de insolvência. No entanto, os bancos que assumem mais riscos podem não deter necessariamente mais capital, em particular em termos relativos, se acreditarem que todos os depositantes estão seguros ou se subestimarem as implicações sistémicas adversas da falência bancária. No entanto, tendo em conta estes fatores, o argumento da disciplina do mercado sugere que os detentores de passivos bancários irão restringir a assunção de riscos bancários, tornando essa atividade mais onerosa.⁸

Silvestre (2023) chama à atenção que “José Neves, em agosto, por alturas da apresentação das contas do segundo trimestre: 2023 está programado para ser um grande ano para a Farfetch. Não foi. A cotação da empresa na bolsa de Nova Iorque (NYSE) andava então nos 4,75 dólares, praticamente em linha com o início do ano, embora distante dos 29,28 dólares a que se cotou pela primeira vez em 2018 e muito longe dos 65 dólares que atingiu no pico em 2021. O valor de unicórnio, os mítológicos 1000 milhões de dólares, só o perdeu em setembro (de 2023), quando as ações caíram abaixo de 2,52 dólares”.

Recordamos que a questão de análise de risco da atividade do sistema financeiro obriga a múltiplas dimensões de investigação sendo que a sua eficiente disseminação de risco é trabalhada desde sempre. Para empresas com a dimensão da Farfetch, mesmo à escala de Portugal, trabalhar com pequenas instituições financeiras como são os bancos de teor cooperativo não é competitivo. E estes bancos “não têm balanço” para empresas globais.

É nesse sentido que importa aferir se o crescimento é sustentado. Ora os pequenos bancos locais de teor cooperativo têm capacidade de apoiar investimento e financiamento de acordo com o seu balanço e âmbito geográfico.

Cabo *et al.* (2009) afirma que as cooperativas de crédito são consideradas uma força importante para o desenvolvimento das comunidades regionais e locais de forma sustentável e que o seu pilar se baseia mais em valores do que em recursos. Nesse estudo são utilizados quatro indicadores para analisar o verdadeiro contributo que as cooperativas têm para as comunidades locais, nomeadamente (i) a criação e manutenção de emprego, (ii) a divulgação e promoção da

⁸ Baumann & Nier (2003) usam uma amostra de bancos listados de 32 países entre 1993 e 2000 e constataam que o apoio governamental e o seguro de depósitos reduzem os amortecedores de capital. Os bancos que têm uma proporção mais elevada de empréstimos interbancários e/ou estão cotados nos EUA detêm reservas de capital mais elevadas, sugestivas de disciplina de mercado.

educação cooperativa, a (iii) satisfação dos seus associados e o (iv) desenvolvimento de atividades em prol das comunidades.

Relativamente à criação e manutenção de emprego, Chaves e Soler (2004) e Cabo *et al.* (2009) afirmam que existe uma dupla contribuição nomeadamente a criação de emprego na própria instituição e a criação de emprego em postos de trabalho na região em que a cooperativa se insere, partindo do pressuposto que existe uma grande ajuda das cooperativas de crédito nos projetos criados pelas empresas locais.

No que diz respeito à divulgação e promoção da educação cooperativa, Cabo *et al.* (2009) refere que é obrigatório que as cooperativas de crédito destinem uma parte dos seus lucros anuais à criação de um fundo para a promoção da educação cooperativa que estará disponível não só para os sócios, mas para toda a comunidade. Segundo Palomo & Valor (2001), as cooperativas de crédito têm a preocupação e o poder de servir a população de estratos sociais mais baixos estando, em regra, e na sua maioria, presente em zonas mais desfavorecidas ou isoladas satisfazendo as necessidades dos seus associados.

Pois é esse o papel que Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) têm na sua missão estatutária, com amplo reconhecimento pelas comunidades e instituições locais.

Por fim, Cabo *et al.* (2009) refere algumas áreas em que neste caso o Crédito Agrícola investe e muita vez também de modo a apoiar causas sociais, nomeadamente, a proteção civil, a animação cultural, mecenato, imprensa local etc. O modelo de banca cooperativa e mutualista vem reforçando a sua presença no mercado, principalmente em nichos de mercado onde outros bancos não atuam.

São bancos nos quais os títulos de capital são detidos pelos seus associados, por isso mesmo e por incorporarem os fundos que obtêm nos resultados da sua atividade, permite que sejam bancos com alguma solidez. Conseguem obter dessa forma um crescimento do seu negócio. Têm algumas características especiais, são considerados bancos de proximidade, mantêm boas relações com a comunidade, preocupam-se em transmitir confiança e simplicidade.

Para Schmidt, Bülbül & Schüwer (2014), a tendência geral dos últimos anos foi considerar este tipo de bancos como de alguma forma antiquado, ultrapassado e ineficiente, e defender e até implementar políticas que correspondam a esta visão. Nalguns países europeus, o modelo original descentralizado de bancos cooperativos alterou-se profundamente como grupos específicos de instituições financeiras e, em alguns outros, mudaram tanto que sugere perguntar

se ainda existe hoje uma diferença substancial entre estes bancos e os bancos comerciais nacionais e internacionais convencionais sob a forma jurídica de uma empresa e com o conjunto de objetivos que os bancos privados podem presumir ter.

Para Schmidt, Bülbül, & Schüwer (2014), no entanto, sob a influência da crise financeira de 2007-8, a visão crítica da poupança e dos bancos cooperativos poderia dar lugar a uma avaliação mais amigável. Afinal, muitos grandes bancos privados correram tanto risco que os decisores políticos e os reguladores adotaram uma visão cética dos seus méritos e estão agora a tentar encontrar formas de limitar o seu risco. Com efeito, muitas iniciativas políticas atuais tentam fazer com que todos os bancos se comportem um pouco mais como os bancos de poupança e os bancos cooperativos de outrora.

Para além do importante papel que os bancos de poupança e os bancos cooperativos ou mútuos desempenham em vários sistemas bancários europeus, o estudo destes dois grupos de bancos é particularmente interessante devido ao seu design organizacional não convencional, o que os distingue dos bancos privados que operam exclusivamente no interesse dos seus acionistas (Reinhard, Schmidt & Schüwer, 2013).

Aqui chegados vamos, de modo resumido, apresentar o modelo que gere o espírito das cooperativas de crédito.

2.1. Seis regras basilares da banca de teor cooperativa

Carvalho (2022), e reportando os princípios enumerados pela European Association of Co-operative Banks, enumera seis regras que caracterizam e balizam os princípios basilares da banca de teor cooperativo, designadamente:

i - Participação dos sócios: “Os bancos cooperativos são instituições privadas. São propriedade dos seus membros, que são também os seus clientes (empresários locais, artesãos, agricultores, empregados, etc). Esta abordagem orientada para o cliente é uma característica distintiva dos bancos cooperativos e difícil de replicar fora do modelo cooperativo. Uma ampla base de membros em suas áreas de atuação permite uma perspetiva local e leva a uma abordagem orientada por consenso que impede que uma única parte interessada domine os holofotes. Governação democrática”.

ii - «Uma pessoa – um voto», “com uma abordagem ascendente: enquanto membros da cooperativa, os clientes podem eleger líderes e ter uma palavra a dizer nas decisões e políticas

dos seus bancos. Isto garante que a promoção dos interesses dos membros é o principal objetivo destes bancos. Ao contrário dos bancos comerciais, os clientes e os membros estão sistematicamente representados nas estruturas de governação dos bancos cooperativos e desempenham um papel importante nos processos de governação do banco (ou seja, conselhos de membros, assembleias gerais, etc.)”.

iii - Maximização dos benefícios/excedentes dos membros numa relação de longo prazo:

“Em comparação com os bancos acionistas, que se concentram principalmente na otimização dos lucros dos acionistas, os bancos cooperativos estão focados na maximização do valor dos membros (ou seja, produtos de qualidade, satisfação dos clientes, estabilidade dos lucros, etc.) a longo prazo”.

iv - Resiliência: “Os bancos cooperativos têm um menor apetite pelo risco do que os bancos de teor acionista. Com a sua orientação a longo prazo, mantêm também, em média, reservas de capital mais elevadas. Graças às suas raízes profundas nas economias locais, os bancos cooperativos antecipam e adaptam-se às circunstâncias locais”.

v - Forte compromisso com os valores sociais: “Os bancos cooperativos têm uma longa tradição de compromisso com os valores sociais e a solidariedade. Eles foram originalmente criados no século XIX na Europa para lutar contra a exclusão financeira de grupos sociais e aliviar a situação das populações rurais e artesãos. Mandatados para financiar famílias e PME, os bancos cooperativos também oferecem serviços financeiros em áreas remotas, longe das grandes cidades, onde fornecem um elemento essencial da infraestrutura local. Muitas vezes, constituem a espinha dorsal da economia local e estimulam o potencial económico endógeno das suas comunidades”.

“Enquanto contribuintes empresariais locais, os bancos cooperativos desempenham um papel fundamental e visam melhorar o ambiente económico e social. Reinvestir em iniciativas económicas locais que beneficiem a comunidade local é uma prática comum dos bancos cooperativos. Devido à sua presença local e proximidade com as necessidades das comunidades locais, os bancos cooperativos são fundamentais para ajudar a economia a tornar-se mais sustentável e garantir que a transição seja socialmente aceitável”.

vi - Ligados aos clientes e à sociedade regional: “Os bancos cooperativos estão empenhados em criar valor para os seus clientes, membros e sociedade em geral. No mundo de hoje, caracterizado pela mudança de comportamento dos clientes, pelos desenvolvimentos

tecnológicos e pela complexidade económica, o valor é criado através de relações duradouras com as partes interessadas relevantes e da resposta eficiente às necessidades dos clientes. Neste sentido, os bancos cooperativos dedicam-se a sustentar a economia real, criando e promovendo postos de trabalho locais, acompanhando os principais intervenientes locais e dando às comunidades locais os meios para o seu próprio desenvolvimento social e económico, tendo em conta os objetivos do Acordo de Paris. Como resultado, os bancos cooperativos são frequentemente o principal empregador e servem como parceiros financeiros para as famílias e empresas locais”. Globalmente, financiam um terço de todas as PME na Europa.

2.2. A banca de teor corporativo europeia

Segundo a European Association of Co-operative Banks (2022), os bancos cooperativos são um dos principais pilares da diversidade no setor bancário europeu. Representam cerca de 20% do mercado de depósitos e empréstimos bancários da União Europeia (UE).

“Com cerca de 2.700 bancos e 40.000 agências, os bancos cooperativos estão amplamente representados na UE. Servem 227 milhões de clientes – cerca de metade da população da UE – principalmente consumidores, PME e comunidades locais. Muitas vezes, os bancos cooperativos estão entre os principais empregadores locais e, com 720.000 trabalhadores na UE, também são relevantes num contexto mais amplo” (EACA, 2022).

A European Association of Co-operative Banks (EACB, 2022) “apoia e promove os valores do modelo de negócio cooperativo nas instituições europeias e internacionais, oferecendo uma alternativa ao "modelo de valor para o acionista" e às instituições orientadas para o mercado financeiro. No centro destes valores está o princípio da democracia "Uma pessoa - Um voto". Os valores fundamentais deste modelo de negócio dos bancos cooperativos são; (i) democracia – materializada pela participação cooperativa, (ii) uma forte aposta nos valores sociais e a (iii) proximidade oferecida pela rede de mais de 40.000 agências bancárias aos seus clientes”⁹.

⁹ <https://www.eacb.coop/en/about/mission-statement-and-statutes.html> retirado a 26 dezembro 2023.

A Tabela 1 apresenta os indicadores económicos dos principais bancos corporativos na Europa, no Canadá, na Coreia e no Japão. Assim, é possível observar o peso significativo da fileira da banca cooperativa no sistema financeiro. Em Portugal, é o Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) que apresenta o valor do setor cooperativo.

Tabela 1 - Indicadores económicos dos principais bancos de teor cooperativos (2021)

European Countries and data providing institutions	Economic indicators					
	Total assets (EUROmio)	Total deposits from customers	Total loans to customers (EUROmio)	Net profit after taxes (EUROmio)	Total equity (EUROmio)	Leverage Ratio (%)
Austria						
Österreichische Raiffeisenbanken	387.902	253.305	249.691	3.039	31.881	n.a.
Österreichischer Volksbanken	32.095	22.747	21.563	219	2.658	6,6
Bulgaria						
Central Co-operative Bank	3.775	3.395	1.477	13	309	8,19
Denmark						
Nykredit	224.627	12.441	195.579	1.190	12.563	4,8
Finland						
OP Financial Group	174.110	75.612	96.947	901	14.184	7,4
France						
Crédit Agricole	2.323.557	1.044.566	1.051.592	9.101	133.715	6,1
Crédit Mutuel	1.080.491	547.660	564.925	4.302	67.000	8,0
BPCE	1.516.021	665.317	781.097	4.003	79.592	5,8
Germany						
Co-operative Financial Network	1.566.451	984.926	944.028	7.505	129.543	8,0
Greece						
Association of Cooperative Banks of Greece	1.787	1.551	1.218	1	125	7,0
Hungary						
IHKSZ - Central Body of Integrated Credit Institutions ***	11.161	10.183	9.061	17	731	5,7
Italy						
Federkasse (BCC)	271.461	189.438	139.137	800	21.200	7,8
Luxembourg						
Banque Raiffeisen	10.156	8.891	7.423	19	454	5,2
Netherlands						
Rabobank	639.575	372.031	416.158	3.692	43.402	7,3
Poland						
National Union of Co-operative Banks (KZBS)	51.311	45.223	20.524	168	3.327	8,7 ⁶
Portugal						
Credito Agrícola	26.002	19.236	11.726	159	2.019	8
Romania						
Creditcoop	343	263	228	1	31	19,7
Spain						
Unión Nacional de Cooperativas de Crédito	131.656	100.904	71.323	575	9.524	7,2
Banco de Crédito Cooperativo (BCC)	58.513	38.740	34.803	63	3.579	5,5
Switzerland						
Raiffeisen Schweiz	263.574	186.898	191.184	990	17.726	6,7
United Kingdom						
Building Societies Association	553.861	391.856	444.756	1.923	31.772	5,2
Total European countries ⁹	9.328.429	4.975.183	5.254.441	38.681	605.333	
Non-European Countries						
Canada						
Desjardins Group	275.993	165.668	160.891	2.045	23.302	8,5
Japan						
The Norinchukin Bank / JA Bank Group ¹⁰	755.934	468.186	101.528	1.263	52.250	7,9
South-Korea						
Korean Federation of Community Credit Cooperatives	179.301	159.135	131.217	826	14.088	11,7
Total Non-European countries	1.211.228	792.989	393.636	4.134	89.640	

Fonte: European Association of Co-operative Banks, annual report, 2022, retirado de [eacb_annualreport_2022_final-compressed.pdf](#) a 12 de novembro de 2023

Da Tabela 2 observa-se que, em regra, as quotas de mercado das instituições de teor cooperativo relativamente às Pequenas e Médias Empresas (PME) é, em regra, significativamente maior do que o seu peso relativo no mercado.

Tabela 2 - Quotas de mercado dos bancos de teor cooperativo (2021)

Market share				
European Countries and data providing institutions	Domestic market share deposits (%)	Domestic market share loans (%)	Mortgage market share (%)	Market share SMEs (%) ¹
Austria				
Österreichische Raiffeisenbanken	33,2	33,6	33,2**	n.a.
Österreichischer Volksbanken	4,8	5,1	6,1	n.a.
Bulgaria				
Central Co-operative Bank	5,8	4,1	5,3	n.a.
Denmark				
Nykredit	5,2	34,5	43,9	n.a.
Finland				
OP Financial Group	38,0	34,7	38,5	38,8 ¹
France				
Crédit Agricole	25,0	23,1	31,8	31,9
Crédit Mutuel	16,5	17,3	19,6	n.a.
BPCE	22,1	22,0	26,0	n.a.
Germany				
Co-operative Financial Network	22,7	23,1	29,9	36,1
Greece				
Association of Cooperative Banks of Greece	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Hungary				
IHKSZ - Central Body of Integrated Credit Institutions ***	6,2	8,1	5,7	12,3
Italy				
Federacasse (BCC)	9,2	7,7	12,0	n.a.
Luxembourg				
Banque Raiffeisen	18,0	11,0	14,0	n.a.
Netherlands				
Rabobank	35,0	n.a.	20,8 ²	38,5 **
Poland				
National Union of Co-operative Banks (KZBS)	9,8 ⁶	6,2 ⁶	5,5 ⁶	9,0 ⁶
Portugal				
Credito Agricola	8,2	5,8	3,5	11,8
Romania				
Creditcoop	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Spain				
Unión Nacional de Cooperativas de Crédito	6,9	6,1	n.a.	n.a.
Banco de Crédito Cooperativo (BCC)	2,5	2,9	n.a.	n.a.
Switzerland				
Raiffeisen Schweiz	14,0	n.a.	17,6	12,0 **
United Kingdom				
Building Societies Association	17,6	na	22,6	na
Total European countries⁹				
Non-European Countries				
Canada				
Desjardins Group	42,0 ⁸	26,0 ⁸	38,0 ⁸	24,0 ⁸
Japan				
The Norinchukin Bank / JA Bank Group ¹⁰	9,9	n.a.	n.a.	n.a.
South-Korea				
Korean Federation of Community Credit Cooperatives	7,9	n.a.	n.a.	n.a.
Total Non-European countries				

NOTES

**Table elaborated in collaboration with Tilburg University and based on Members' input. The aggregated figures for 2020 onwards are not comparable to those before 2019. The reason is that LCCU Group from Lithuania and Dezelina Banka Slovenije d.d. from Slovenia are no longer EACB members and the Korean Federation of Community Credit Cooperatives from South Korea joined the EACB in 2020.

** These indicators are calculated by Tilburg University which bears the full and sole responsibility. These figures are neither reported nor formally approved by the respective co-operative banks.

*** This reporting organisation used to be called SZHSZ in many previous years.

1 Cooperative banks do not apply a similar definition of the SME sector.

2 Market share new mortgages

3 Market share corporate loans

4 Just FTEs, no parttime employees are included

5 Market shares in terms of deposits and loans of residents only

6 Data refers to co-operative banks without the two Polish affiliating banks

7 Desjardins Group has a total of 7.5 million members and clients. All clients of each local caisse are members. Desjardins subsidiaries have clients who are not necessarily members of a caisse.

8 Market shares in the province of Quebec

9 Totals are based on reported data, i.e. data for some co-operative banks were not available.

10 Economic indicators, Profitability and Capital solidity indicators are The Norinchukin Bank figures. Other indicators and market share indicators are cooperative group (JA Bank) figures.

11 The number of FTEs and members pertain to the JA Bank Group. In previous years, these figures only referred to The Norinchukin Bank

12 Total number of clients equals total number of members, because every customer has to be a member.

Fonte: European Association of Co-operative Banks, annual report, 2022, retirado de [eachb_annualreport_2022_final-compressed.pdf](#) a 12 de novembro de 2023

Henselmann *et al.* (2016) analisaram a generalidade dos bancos dos países da UE, no período 2005-2013, tendo demonstrado que: i) antes da crise, os bancos cooperativos provisionaram perdas potenciais cerca de duas vezes maiores do que a banca comercial e a banca de poupança; ii) após a crise, foram realmente poucos os bancos cooperativos (e de poupança) a apresentar prejuízos, em contraste claro com a banca comercial; iii) a crise financeira provou que a banca cooperativa e os bancos de poupança são importantes para a estabilidade do sistema financeiro europeu; iv) a banca cooperativa tem expressão distinta nos diferentes países da UE, pelo que a validade das inferências permanece uma questão aberta.

Chiaromonte *et al.* (2015) também investigaram a diferença de comportamento antes e depois da crise do “subprime”, mas desta vez para os bancos da OCDE (cooperativos, de poupança e comerciais), no período 2001-2010. Concluíram que: i) a banca cooperativa tem um modelo de negócio mais equilibrado e tem uma função estabilizadora do sistema financeiro em períodos de crise (ainda que apenas acima de uma certa quota de mercado); ii) apesar de, por regra, ter sido visto pelos responsáveis pelas políticas públicas como um modelo ultrapassado, fora de moda, desapropriado para a economia moderna, desde a crise do “subprime” passou a ser percebida como ator chave na manutenção da confiança no setor bancário, em particular em época de crise.

Uma outra tendência identificada por Castelló *et al.* (2018) é a de que “em muitos países os bancos cooperativos se organizaram num sistema com dois níveis: bancos locais afiliados com uma organização de nível nacional”. É também o que acontece no caso do crédito agrícola em Portugal, com exceção das cinco CCAM independentes, designadamente as CCAM do Bombarral, da Chamusca, de Leiria, de Mafra e de Torres Vedras.

No caso de alguns bancos e países de maior dimensão, o sistema desdobra-se por três níveis: bancos locais, bancos regionais e uma organização de nível nacional (ex. Crédit Agricole, em França).

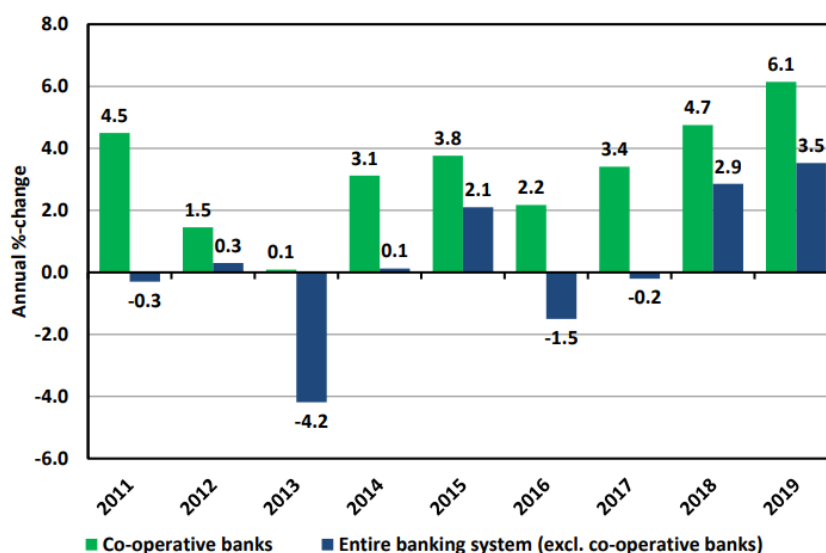
A opção, neste estudo, foi cobrir, da melhor forma possível, o período 2015-2020. Ainda assim, poder-se-á referir que as evoluções comparadas desde o início de século não mostram uma panorâmica muito diferente daquela que se exhibirá, com a banca cooperativa a suplantar, quase sem exceção, a banca em geral em termos de indicadores de eficácia (Core Tier 1). Mas também isso aconteceu em termos de solvabilidade e risco, tendo associada uma rentabilidade muito

idêntica, com um desvio padrão muitíssimo mais baixo que a banca em geral (Groeneveld, 2020).

É em 2019 que os bancos cooperativos registam uma expansão do crédito de 6,1%, contra 3,5% dos outros bancos, ou seja, a taxa de crescimento mais elevada desde 2010.

Vale recordar que da Tabela 2 se observa que a quota de mercado da banca de teor cooperativo nas PME é, em regra, significativamente maior do que a sua quota de mercado global (por país). Daqui podemos considerar a hipótese de que o risco de crédito está mais disseminado do que na restante banca!

Figura 1: Evolução empréstimos sistema bancário agregado vs bancos cooperativos (2011 a 2019)



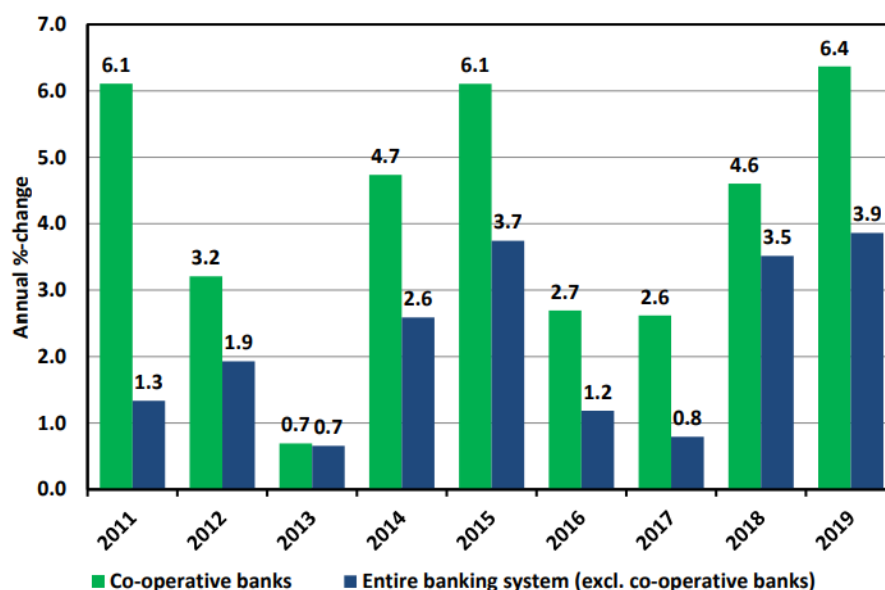
Fonte: Groeneveld (2022): European co-operative banks in 2021: a concise assessment

Da Figura 1 infere-se que, na Europa, a banca de teor cooperativo tem tido, desde 2011, uma maior taxa de penetração nas empresas (volume de empréstimos concedidos).

A Figura 1 revela que o crescimento do crédito dos bancos cooperativos excedeu sempre o crescimento dos empréstimos de todos os outros bancos. Os outros bancos até tiveram uma contração na sua carteira de empréstimos em vários anos. Desde 2011, os bancos cooperativos concederam ao sector privado não financeiro 28% de empréstimos adicionais. O volume de crédito de outros bancos foi apenas 3% superior ao de 2011 (Groeneveld, 2022).

Da mesma forma, e de acordo com a Figura 2, a confiança dos mutuários na banca de teor cooperativo tem vindo a aumentar.

Figura 2: Evolução de depósitos no sistema bancário agregado vs bancos cooperativos (2011 a 2019)



Fonte: Groeneveld (2022): European co-operative banks in 2021: a concise assessment

Isto, por si só, justifica a confiança dos clientes nos momentos de crise e indicia preocupações de sustentabilidade, numa perspetiva mais vasta, em linha com visões mais recentes, como a de Venanzi e Matteucci (2022), que cobrem: i) apoiar a economia real, mais do que lucrar com investimentos mais arriscados ou mesmo especulativos; ii) assegurar as melhores práticas de governança; iii) assumir horizontes temporais de longo prazo nas estratégias e políticas; iv) avaliar de forma precisa e rigorosa a credibilidade do cliente (potencial); v) diminuir o risco sistémico do sistema financeiro, por via da diversidade; vi) incluir nos sistemas de gestão de risco as componentes ambientais, sociais e de governação; vii) procurar a estabilidade financeira, em termos de resiliência e choques económico-financeiros; viii) reduzir o risco de negócio.

Os escândalos financeiros que tendem a ocorrer na banca em geral, tornam, por vezes, os indicadores agregados do setor financeiro numa autêntica montanha-russa. No entanto a banca cooperativa apresenta desempenhos muito mais estáveis. No mesmo sentido vão as conclusões de Lang *et al.* (2016, p.37) quando referem que “mostrámos que os bancos cooperativos, que constituem uma parte importante do grupo dos pequenos bancos, são parceiros chave das pequenas e médias empresas (PME), em particular a nível local. Este facto é ainda mais importante, dado que o setor dos bancos cooperativos na UE apresenta forças diferenciadoras quando comparado com o mercado bancário no seu todo: o modelo de negócio é relativamente

conservador, segue uma estrutura simples e foi menos afetado pela crise financeira, mesmo nos países fortemente impactados por ela”.

2.3. O princípio da proporcionalidade

Para Carvalho (2022, p.73), o “princípio da proporcionalidade” tem por objetivo assegurar a (a) coerência entre os sistemas de *governance*, a (b) adequação do perfil de risco do modelo de negócio de uma instituição a nível individual, de modo que os objetivos dos requisitos regulamentares sejam atingidos e o (c) ajustamento do perfil individual e coletivo dos gestores (capacidades, género, competências, experiência, número, etc.).

O setor financeiro, pela variedade de atores, constitui um ecossistema em constante evolução e monitorização por supervisores, governos e pela sociedade pelo que é utilizado como referência para a teoria e consequentes práticas de *governance*. O Mecanismo Único de Supervisão (MUS), instituído em 2014, é o sistema de supervisão bancária que integra o Banco Central Europeu (BCE) e as Autoridades Nacionais Competentes (NCA), designadamente o Banco de Portugal (BdP). O modelo de supervisão do MUS distingue entre as instituições de crédito significativas (SSE, do inglês *significant supervised entities*) supervisionadas diretamente pelo BCE, das instituições de crédito menos significativas (LSI, do inglês *less significant institutions*), sob a supervisão direta do BdP, em articulação com o BCE (Carvalho, 2022, p.73).

Para Carvalho (2022, p.73), “os argumentos a favor da participação dos bancos centrais (BCN) na supervisão prudencial podem agrupar-se em três categorias básicas: (1) sinergias em termos de informação entre a supervisão e as principais funções dos bancos centrais; (2) ênfase nos riscos sistémicos; (3) independência e competência técnica. São, também, frequentemente utilizados três argumentos a favor da atribuição de poderes de supervisão alargados a uma autoridade única não integrada nos bancos centrais: (1) os potenciais conflitos de interesses entre supervisão e política monetária e o risco moral; (2) a tendência para o desenvolvimento de conglomerados e o diluir das distinções entre produtos e intermediários financeiros; (3) a necessidade de evitar uma concentração excessiva de poderes no banco central”.

O âmbito de supervisão prudencial inclui a monitorização dos rácios de capital e de liquidez, modelos de negócio, controlo do risco de crédito, Core Tier 1¹⁰, funções de controle (auditoria,

¹⁰ Core Tier 1 é o indicador utilizado na análise da solvabilidade das empresas do setor bancário. Corresponde aos fundos próprios de base, isto é, ao capital social e às reservas acumuladas (soma dos lucros não distribuídos). Para avaliar a solidez

risco e *compliance*¹¹), entre outros, requerendo-se que as instituições se enquadrem nos mesmos padrões de rigor e robustez, ajustando o “princípio da proporcionalidade” à sua dimensão e complexidade. Este objetivo visa garantir que a *governance* seja compatível com o perfil de risco e o modelo de negócio em conformidade com os objetivos prudenciais.

O que se entende por “princípio da proporcionalidade”? Para Carvalho (2022, 74), tende-se a criar uma confusão entre os conceitos de "igualdade de condições" (o que significa proporcionar o mesmo acesso aos mercados a diferentes tipos de atores) e "uma dimensão adequada a todos" (o que significa a uniformização de diferentes atores em torno de um que é considerado como dominante).

E, logo de seguida questiona se existe uma dimensão mínima para uma empresa/ instituição?

Tabela 3: Instituições financeiras (2019)

(valores expressos em milhares de euros)

	Fundação	Ativo Total	Crédito a Clientes	Recursos clientes (Depósitos)	Capitais Próprios	Rácio transformação	Core Tier 1	Agências	Empregados
BPI	1981	37786	24231	31513	3256	77%	15,6%	422	4776
Caixa Bank (Espanha)	1884	451.520	243.406	415.408	25.278	59%	15,7%	4543	45022
CCAM Chamusca	1924	68	23	48	18	48%	57,8%	3	17
CCAM Leiria	1915	748	140	635	101	22%	47,4%	14	100
CCAM Pernes e Alcanhões	1911	117	70	85	13	83%	30,5%	2	20
CCAM Pombal	1917	779	227	658	86	34%	39,0%	20	106
CCAM Torres Vedras	1915	527	157	467	82	34%	37,2%	16	83
CGD	1876	91.284	47.094	74.922	8.646	63%	18,2%	556	6.244
Credit Agricole SA (França)	1894	1.961.000	416.000	719.000	73.500	58%	17,2%	7400	142.000
Millennium bcp	1985	85.804	53.140	71.946	7.352	74%	12,2%	477	6.756
Santander (Espanha)	1857	1.508.250	916.199	849.310	91.332	108%	12,3%	1921	26272
Santander Totta	1988	39.823	35.858	44.561	4.720	80%	20,8%	436	5.956
Rabobank (Holanda)	1895	632.257	409.478	361.021	40.670	112%	16,8%	3471	32.860

Fonte: Carvalho (2022, 75)

financeira de um banco, pode usar-se o rácio *core tier 1*: divide-se o *core tier 1* pela totalidade dos ativos, que são ponderados pelo risco associado. Deste modo, o rácio *core tier 1* (em %) é comparável entre dois bancos com diferentes exposições ao risco. (<https://www.deco.proteste.pt/investe/lexicon/c/core-tier-one> acedido em 23 agosto 2022)

¹¹ *Compliance* – adequação dos procedimentos.

A Tabela 3 evidencia que a qualidade dos indicadores económico-financeiros não depende da dimensão. A CGD é um banco de capitais públicos. O Rabobank (Holanda) e o Crédit Agricole (França) são dois bancos que resultam da agregação voluntária - salvaguardando a independência formal - de instituições de crédito agrícola mútuo. O CaixaBank (Espanha) teve a sua origem através da fusão de bancos de crédito mútuo. O Santander e o Millennium BCP são bancos universais. São bancos líderes nos seus mercados domésticos, ou seja, são instituições sistémicas (Carvalho, 2022, 74).

Em contraponto, as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, de Pernes e Alcanhões, de Leira, do Pombal e de Torres Vedras são instituições financeiras de base local, supervisionadas pelo BdP. Um conjunto de muito pequenas instituições financeiras de banca mútuo local, como a CCAM da Chamusca, com 17 funcionários e 3 agências, suporta o “crédito a clientes” (€ 23 milhões) essencialmente com os “capitais próprios” (€ 18 milhões), ou seja, esta instituição financeira “empresta o seu dinheiro”.

Idênticos indicadores têm outras CCAM. Sendo, em regra, instituições centenárias, podemos inferir que tendem a ter uma *governance* eficaz; e, com estes indicadores económicos, a sua gestão tendeu a ser eficiente.

Carvalho (2022, 76) recorda-nos que “os bancos de capital mútuo (cooperativas) surgiram no século XIX, na Alemanha rural, para satisfazer as necessidades financeiras dos agricultores/artesãos pobres, e no processo de os ajudar a sair da economia informal criaram as bases para a etapa de desenvolvimento. Pela sua capacidade de satisfazer a necessidade de crédito e outros serviços financeiros, tornaram-se um tipo de instituição financeira com elevado nível de capilaridade enraizada na “economia real”. Isto proporciona aos bancos cooperativos uma vantagem comparativa (proximidade), mas também oferece ao sistema financeiro um elemento de estabilidade”.

Para Carvalho (2023, 76), e “suportado no argumento da proporcionalidade, os reguladores atestam uma regulamentação adequada ao perfil das instituições, a fim de preservar a estabilidade sistémica. Na realidade, segundo a *International Cooperative Banking Association* (2020), em 2019, na generalidade dos países, as cooperativas financeiras representam 5% a 40% do mercado financeiro”.

A aplicação do princípio da proporcionalidade deve assegurar os padrões, devendo resultar numa abordagem ajustada à dimensão e complexidade da empresa. É neste contexto que os

atores devem assumir a sua responsabilidade, desde os supervisores, os governantes, as empresas e as partes interessadas das empresas numa perspetiva social e económica.

2.4. A responsabilidade social e a sustentabilidade corporativa

O papel das empresas nas comunidades é fulcral e distintivo. São as empresas que promovem o emprego, a literacia técnica, o empreendedorismo e a retenção do talento. Mas elas vivem enquadradas com os seus resultados, com os seus investimentos sociais e com o retorno da atratividade da região. E tudo isso tem sido cada vez mais escrutinado.

Dyllick & Hockerts (2002) definiram "sustentabilidade corporativa" como a "satisfação das necessidades das partes interessadas diretas e indiretas de uma empresa (como acionistas, colaboradores, clientes, grupos de pressão e comunidades), sem comprometer a sua capacidade de satisfazer, também, as necessidades das futuras partes interessadas". Assim, a ideia fundamental inserida nas noções contemporâneas de "responsabilidade social" e "sustentabilidade corporativa" é que as empresas, para além de se concentrarem nos lucros, têm a obrigação de fomentar a gestão social e ambiental".

Para Carvalho (2022, p.77), "a teoria baseada em recursos sugere que a vantagem competitiva de uma empresa pode ser alcançada aproveitando os recursos internos que são valiosos, raros, não substituíveis, e não facilmente imitados por rivais. Por conseguinte, a heterogeneidade na teoria baseada em recursos explica a geração de vantagens competitivas. A teoria institucional, por outro lado, explica o "comportamento não-escolha" das empresas condicionadas pelo julgamento social, limitações históricas e a força inercial do hábito. Propõe que as escolhas estratégicas das empresas se baseiam em pressões isomórficas institucionais exercidas pelo ambiente social, tais como normas culturais, símbolos, crenças e rituais. Não existe uma justificação económica ou técnica óbvia; a conformidade com as expectativas sociais é o que contribui para o sucesso e sobrevivência das empresas". Para este autor, "a adoção das estratégias de responsabilidade social e de sustentabilidade não é inteiramente justificada em resultados financeiros, de curto prazo, mas sim económicos em que as suas ações são em grande parte, induzidas pela aceitação prévia de valores e práticas institucionalizados. A compatibilidade da teoria institucional com a teoria baseada em recursos pode ser percebida através do reconhecimento da importância do contexto social, para além do contexto económico para a sobrevivência e o sucesso das empresas".

“Embora as primeiras (teorias baseadas em recursos) cumpram os interesses e expectativas de um vasto conjunto de partes interessadas, que incluem agências reguladoras e governamentais, grupos de interesses e opinião pública, associações profissionais, a teoria institucional cumpre principalmente os interesses e objetivos de um conjunto limitado de partes interessadas (acionistas) na obtenção de vantagens competitivas através de recursos e capacidades internas distintas das empresas” (Carvalho, 2022, p.78).

“A inclusão da teoria das partes interessadas, que implica a importância da criação de valor para todas as partes interessadas forneceu uma base importante para a formação de políticas e ações orientadas para a responsabilidade social e sustentabilidade corporativa segundo princípios normativos, incluindo princípios morais e filosóficos (justiça, ambientalismo) e objetivos desejados pelas empresas (rentabilidade). No essencial, a sua integração contribui para impulsionar e manter as relações com as partes interessadas” (Carvalho, 2022, p.78).

“Para tal, a noção de "saliência das partes interessadas" ajuda-nos a compreender como as empresas gerem as suas relações com as partes interessadas, sendo que a atribuição de recursos da empresa tende a privilegiar as que possuem maiores níveis de poder, legitimidade e exposição mediática pelo que esta representatividade é um fenómeno multiobjectivo e complexo” (Carvalho, 2022, p.81).

Além disso, em vez de ser uma investigação autónoma das realizações de uma empresa, as revisões de negócios mandatárias exigem que as empresas quantifiquem fatores não financeiros utilizando indicadores-chave de desempenho, bem como forneçam informações contextuais e orientadas para o futuro. Espera-se que sejam introduzidas mais métricas quantitativas, permitindo comparar as empresas que mudam o desempenho ao longo do tempo. Os relatórios da ESG estão a tornar-se tão importantes para o bem-estar comercial e comunitário das empresas, tal como os relatórios financeiros foram no passado (Baker & Anderson, 2010).

Pina (2012) refere que “O sucesso da empresa bancária não deve estabelecer-se em termos de dimensão absoluta, mas de dimensão mínima eficiente, associando os resultados à obtenção de sinergias informativas e de riscos relacionados com o conhecimento e experiência da organização.”

Guerreiro (2023) considera que “o contexto económico global, e o europeu em particular, que anuncia cenários de recessão, obriga-nos a debater os diversos modelos de negócio da fileira cooperativa. Nestas, pelo risco associado, as do sector financeiro, assumem maior visibilidade.

A *governance*, ou seja, a monitorização das funções de controlo (risco, auditoria e compliance) e da gestão executiva, a mitigação de potenciais conflitos de interesse, e a competitividade são temas a debater. Também a proteção das partes interessadas através de processos de resolução “o mais controlados possível”, como parecem ter sido, no primeiro semestre deste ano, o caso do Crédit Suisse, na Europa, e do Silicon Valley Bank, nos EUA, colocam o MREL (Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities) sob os holofotes”.

Pode e deve uma organização equilibrada em termos sociais, económicos e financeiros assumir riscos que não deseja? Na banca em particular, não raras vezes “o mais é menos”!”

2.5. Proximidade Social

Degryse e Ongena (2005) relativamente à proximidade física com relações bancárias, mostram que a baixa distância física entre os bancos e os seus clientes reduz a assimétrica informação.

Segundo Boschma (2005), a proximidade física, no entanto, não influencia necessariamente por si só a troca de recursos e conhecimentos nas relações de cooperativas, mas representa um facilitador que intensifica outras proximidades espaciais atuando nas relações. Assim, a proximidade social é outra proximidade importante para a relação entre os bancos regionais e as PME que se baseia nas relações sociais entre as pessoas (Knoben & Oerlemans 2006) e é amplificado pela confiança, amizade e parentesco, ou experiência partilhada (Boschma 2005).

Os efeitos da proximidade social dependem em grande medida do contexto (Boschma 2005): um elevado grau de proximidade social pode reforçar a cooperação empresarial, mas relações demasiado fortes podem, também, conduzir a decisões erradas ou envolver nepotismo nas relações; por outro lado, ou seja, vice-versa, um baixo grau de proximidade social pode perturbar e até dificultar as transações quando essas relações não são suficientemente confiáveis ou carecem de interação pessoal substancial o que se pode denominar de uma “potencial situação de conflito de interesses”..

A proximidade cognitiva é definida como a capacidade de absorver e processar conhecimento (Boschma 2005). Para gerar proximidade cognitiva, as empresas envolvidas em relações comerciais cooperativas precisam de possuir modos de comunicação semelhantes (Molina-Morales *et al.* 2015; Knoben & Oerlemans 2006). A proximidade cognitiva pode apoiar a capacidade do banco para absorver, decodificar e processar essas informações e transformá-las em conhecimentos valiosos (explícitos) sobre a PME (Huber 2012).

Fitjar e Rodriguez-Pose (2017), Crescenzi *et al.* (2016) e Balland *et al.* (2015) sugerem que a proximidade física é menos importante para as relações cooperativas do que outras proximidades. No entanto, de acordo com Paci *et al.* (2014), Rychen & Zimmermann (2008) e Boschma (2005), tanto a proximidade social quanto a cognitiva podem ser facilitadas pela proximidade física. Mais especificamente, Agrawal *et al.* (2008) e Ben Letaifa & Rabeau (2013) afirmam que as proximidades físicas e sociais se substituem, enquanto Hansen (2015) considera que a proximidade física pode ser facilitadora ou substituta da proximidade social.

A literatura sugere que a proximidade física e social são complementos ou substitutos na cooperação empresarial entre empresas, enquanto a proximidade física é considerada como um complemento da proximidade cognitiva (Ben Letaifa e Rabeau 2013).

No entanto, a evidência empírica é escassa, o que requer mais pressupostos sobre as relações de proximidade para a relação entre os pequenos bancos regionais e as PME: a proximidade física do banco e da empresa terá um efeito positivo na sua proximidade social devido às vantagens informacionais proporcionadas em distâncias curtas e por hierarquias planas.

Várias transações são geridas simultaneamente no relacionamento e podem necessitar de diferentes níveis de proximidade física. Serviços financeiros padrão, como transações em conta corrente, exigem apenas um baixo grau de presença física e podem ser facilmente substituídos por serviços *on-line*. Por outro lado, transações complexas, como decisões de empréstimos para investimentos, não podem ser padronizadas na mesma medida e exigem níveis mais altos de proximidade física para encontrar uma solução personalizada. A substituição da prestação de serviços físicos por serviços em linha pode afetá-los negativamente. (Ben Letaifa e Rabeau, 2013)

No que diz respeito à proximidade cognitiva entre os bancos regionais e as PME, pode presumir-se que tanto a proximidade física como a proximidade social facilitam a comunicação e instigam processos de aprendizagem entre eles, por exemplo, quando os bancos lidam com novas exigências por parte das PME.

Estas ideias encontram apoio parcial na literatura. Petersen & Rajan (2002) mostram que as empresas norte-americanas optam por bancos mais distantes e menos comunicação personalizada. No entanto, Neuberger & Rathke (2001) salientam que as microempresas na Alemanha preferem tanto os serviços financeiros prestados por via eletrónica como os serviços financeiros pessoais.

Uma outra complexidade para as evidências ausentes é a observação de que as categorias de proximidade são influenciadas pela quantidade real de interação na relação (Balland *et al.*, 2015). Este argumento tem duas consequências para a relação entre os bancos regionais e as PME: em primeiro lugar, as interações regulares e contínuas que ocorrem na relação (com base na proximidade físico-social) irão muito provavelmente gerar elevados níveis de proximidade cognitiva (Balland *et al.*, 2015), com os bancos a aprenderem sobre os seus clientes e as PME sobre os bancos ao longo do tempo. Em segundo lugar, as interações também alteram a relação de proximidade física, social e cognitiva (Menzel, 2015), e essas mudanças influenciam a interação entre banco e empresa de maneiras complexas. Portanto, as várias proximidades que atuam na relação entre banco e empresas estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo, e suas relações dinâmicas (por exemplo, proximidade físico-social) também podem mudar à medida que a relação continua.

Em conclusão do estudo de Leick, *et al* (2020), o empreendedorismo de base local com os pequenos bancos regionais é determinado pela relação de longo prazo e resiliência entre os bancos e as PME regionais e moldado pela interação de relações de proximidade sejam estáticas ou dinâmicas.

Em conjunto, estes fatores resultam numa estratégia de envolvimento regional e de investimentos na identidade local por parte dos pequenos bancos regionais para manter uma vantagem competitiva sobre os grandes concorrentes – apesar de um mercado financeiro aparentemente global.

Embora os pequenos bancos regionais estejam limitados e dependentes dos mercados regionais, eles usam a zona de influência como um fator para desenvolver e sustentar estrategicamente o seu modelo de negócios baseado no “seu local”. Estas conclusões estão em consonância com os dados de outros países europeus sobre os bancos pequenos, regionais ou de nicho e o seu papel de competitividade, respetivamente, na promoção do financiamento regional, nomeadamente para as PME (Hasan *et al.*, 2019; Degryse *et al.*, 2017; Hakenes *et al.*, 2015; Fiordelisi & Mare 2014; Howorth & Moro 2006).

3. Método de Investigação

Desenhar o processo de investigação significa planejar. Consiste na visualização dos dados, bem como dos problemas associados à utilização desses dados em todo o projeto de investigação (Gomes & Cesário, 2014; Frazão, 2016).

Vale recordar a pergunta de partida (Campenhoudt *et al.*, 2019)

P1 - Qual o papel do sistema financeiro no desenvolvimento do concelho da Lourinhã?

O processo de desenvolvimento resultaria da combinação nova dos meios produtivos existentes, promovida, sobretudo, por empresas nascentes. Deste modo, o crescimento da oferta nacional de meios produtivos ou da poupança não seria fundamental. Importante seria empregar recursos diferentes de uma maneira diferente; em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não (Schumpeter, 1912).

Para Schumpeter (1912), o crédito, e não a acumulação de capital, era essencial para o desenvolvimento, na medida em que permitiria aos empresários – os indivíduos com a função de realizar combinações novas dos fatores produtivos – obter poder de compra para efetuar as combinações novas que não podem ser financiadas pelos lucros de produções anteriores. O crédito resultaria, por um lado, da gestão dos recursos libertos de outras combinações e, por outro lado, da poupança nacional, enquanto resultado da privação do consumo, mas, fundamentalmente, do lucro empresarial (Carvalho, 2010).

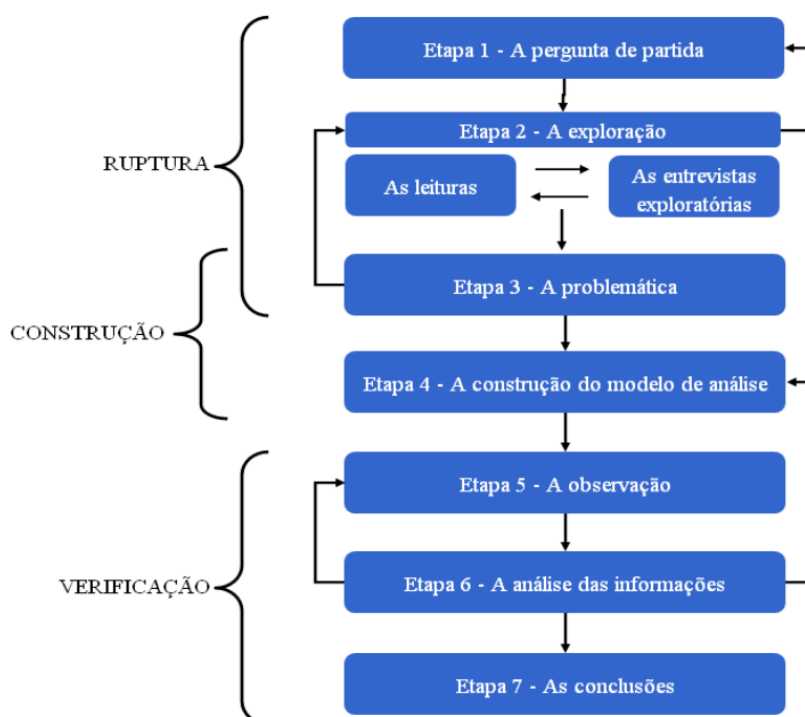
Foi precisamente sobre a disponibilidade de criar instrumentos de financiamento que a banca local mostrou vantagens comparativas no último século. Os bancos cooperativos ganham competências específicas, porque visam nichos de mercado que os grandes bancos normalmente ignoram (Algeri, *et al.*, 2022).

De acordo com uma corrente da literatura, a proximidade dos pequenos bancos com os seus consumidores pode ser uma fonte adicional de vantagem competitiva, pois o ónus financeiro suportado por credores e instituições financeiras aumenta à medida que aumenta a distância da sede do banco (Almazan, 2002; Chiappori *et al.*, 1995; Gehrig, 1998; Sussman e Zeira, 1995).

3.1. Modelo de Investigação

A Figura 3 ilustra o modelo de investigação. Assim, a primeira etapa, na designada “fase de rutura”, implica que a pergunta de partida esteja em constante ajustamento face à exploração do processo de investigação, resultado das leituras e das entrevistas exploratórias.

Figura 3 - Modelo de Investigação



Fonte: Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019)

A segunda etapa, a “construção” resulta da identificação da “problemática” que permite ajudar a construir o modelo de análise. Na etapa de verificação, as conclusões são resultado das observações sucedâneas da análise das informações do processo de investigação.

Finalmente, a etapa na verificação, face à observação e análise da informação devemos ajustar o desenvolvimento do trabalho, designadamente a construção do modelo de análise. Foi isso que foi feito na tomada de decisão da realização de entrevistas para uma melhor caracterização da informação.

Aqui chegados, vamos introduzir as questões de investigação que suportam a questão de partida.

3.2. Questões de investigação

Com uma investigação exploratória, procuramos compreender a evolução do perfil dos bancos incumbentes na região da Lourinhã, em particular na década de 2020. Para o efeito, colocamos as seguintes questões:

Q1) Qual a evolução da distribuição de agências na Lourinhã na década de 2020?

Q2) Qual o perfil dominante dos bancos na Vila da Lourinhã?

Q3) Qual a estrutura de *governance* na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã?

Considerando o perfil das questões de pesquisa, sugerimos uma abordagem de investigação de teor qualitativo suportada em análise documental. Segundo Frazão (2016), a investigação qualitativa situa-se num *continuum* entre dados de entrevista e profundidade, numa ponta, e medidas quantitativas, na outra.

Vamos de seguida enquadrar os instrumentos utilizados para a análise das questões em apreço.

3.3. Instrumentos de investigação

Interessa identificar e definir, de modo claro, os instrumentos que possibilitam a recolha de informação de suporte à formulação de pistas às questões de investigação anunciadas (Gomes & Cesário, 2014).

Para os instrumentos, são várias as opções, nomeadamente, a observação, a entrevista, o questionário e a análise documental, tal como o recurso a estatísticas ou bases de dados já existentes (Silverman, 2013; Hill & Hill, 2012).

É esperado do investigador de análises de perfil qualitativo que se baseie em variadas (se possível mais do que uma) fontes de dados. Para procurar convergência e coerência das diversas fontes e métodos de dados podem existir entrevistas, observação participante e não participante e artefactos físicos (Yin, 2009).

Nas palavras de Amado (2013), “o investigador tem de recorrer a um conjunto amplo e variado de técnicas de recolha de dados: entrevista semidiretiva a informadores-chave, observação participante (baseada na interação do observador com os observados), questionários”, posicionamento adotado. Para reforçar este posicionamento, recorreremos ainda a Tuckman (2012), quando explicita que “[a] investigação do estudo de caso reúne normalmente dados a partir de três tipos de fontes: (1) Entrevistas a diversas pessoas ou participantes na situação, que estão envolvidos nos fenómenos em estudo. (2) Documentos (3) Observação direta dos

fenómenos em Ação”. Portanto, na recolha de dados utilizámos essas três estratégias: questionários, observação e entrevistas. Sempre que se justificou triangulámos, os dados para encontrar padrões observados.

No que respeita à sua contextualização, fizemo-la no âmbito da triangulação metodológica, e especificamente da triangulação de fontes de dados, a qual, para Cardoso & Pestana (2021), refere-se “à utilização de distintas fontes de dados, que podem ser produzidos em diferentes momentos, lugares ou com diferentes pessoas”.

No que respeita ao tipo de questões, Freixo (2011) e Tuckman (2012) distinguem duas categorias: as que se debruçam sobre factos e as que se debruçam sobre opiniões, atitudes e preferências. Outra classificação que pode ser considerada está associada à forma. Assim, poderão ser abertas ou fechadas (Freixo, 2011), ou, na aceção de Tuckman (2012), respostas não estruturadas ou respostas estruturadas, porquanto o autor se foca no tipo de resposta que o sujeito pode realizar.

Neste caso, a investigadora é uma “participante interessada” na medida em que é residente no concelho da Lourinhã e integra, desde 2019, o Conselho Fiscal da CCAM da Lourinhã.

Para o efeito, utilizamos uma entrevista e a análise documental com o objetivo de explorar, sendo que a primeira implica a visão dos participantes e a segunda é mais descritiva.

A análise documental é um processo sistemático para rever ou avaliar documentos – Material impresso ou eletrónico (em computador e transmitidos pela internet) (Bowen, 2009). Este tipo de análise é particularmente aplicável a estudos qualitativos- estudos intensivos que produzem ricos descritores de um fenómeno, evento, organização ou programa (Stake, 1995).

4. O sistema financeiro português *Versus* Os bancos da Região Oeste

Enquanto os bancos comerciais, ou bancos de teor acionista, são empresas privadas ou de sociedade anónimas de capitais públicos, que visam essencialmente criar valor para os acionistas (Fiordelisi & Molyneux, 2006), os bancos de teor cooperativo visam atender às necessidades de seus membros (a maioria dos quais também são depositantes e tomadores) e apoiar agentes sem fins lucrativos (por exemplo, hospitais e organizações de caridade) em áreas locais, em vez de se concentrar na maximização do lucro.

Girard & Sobczak (2012) esboçam a peculiaridade dos acionistas cooperados observando que eles são difíceis de categorizar no mapeamento de partes interessadas (stakeholders) mais comumente utilizado, uma vez que são acionistas e clientes e, eventualmente, até funcionários do banco, desempenhando mais papéis ao mesmo tempo. É por isso que trabalhadores dos bancos cooperativos também são chamados de "membros".

Nos bancos de teor acionista há um conflito de interesses entre acionistas e depositantes, uma vez que os primeiros têm responsabilidades limitadas e podem-se beneficiar de ganhos ascendentes e maior exposição ao risco. Nos bancos de teor cooperativo, este aspeto específico do problema das agências está ausente, uma vez que os proprietários e os clientes são, em grande parte, a mesma coisa. Além disso, os bancos cooperativos respeitam o princípio fundamental da cooperação de "uma pessoa, um voto", independentemente do número de ações detidas (Fiordelisi, Grimaldi, Lopez, Mazzilis & Ricci, 2022).

Para um melhor enquadramento, vamos começar por fazer uma breve análise do sistema financeiro português comparando a evolução da distribuição do número de agências bancárias entre 2000 e 2021.

Tabela 4 - Indicadores económicos dos principais bancos de teor cooperativos (2000-21)

Territórios	Bancos, Caixas Económicas		Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	
Anos 🇵🇹	2000	2021	2000	2021
Portugal	4.950	3.266	577	681
— Continente	4.666	3.076	561	661
+ Norte	1.551	1.024	127	183
— Centro	988	712	217	250
— Oeste	129	95	51	59
Alcobaça	28	18	4	4
Alenquer	13	8	4	5
Arruda dos Vinhos	3	4	2	2
Bombarral	7	5	2	2
Cadaval	3	2	3	2
Caldas da Rainha	22	13	6	6
Lourinhã	6	8	8	11
Nazaré	5	6	1	2
Óbidos	2	2	4	3
Peniche	10	7	3	4
Sobral de Monte Agraço	3	2	2	2
Torres Vedras	27	20	12	16

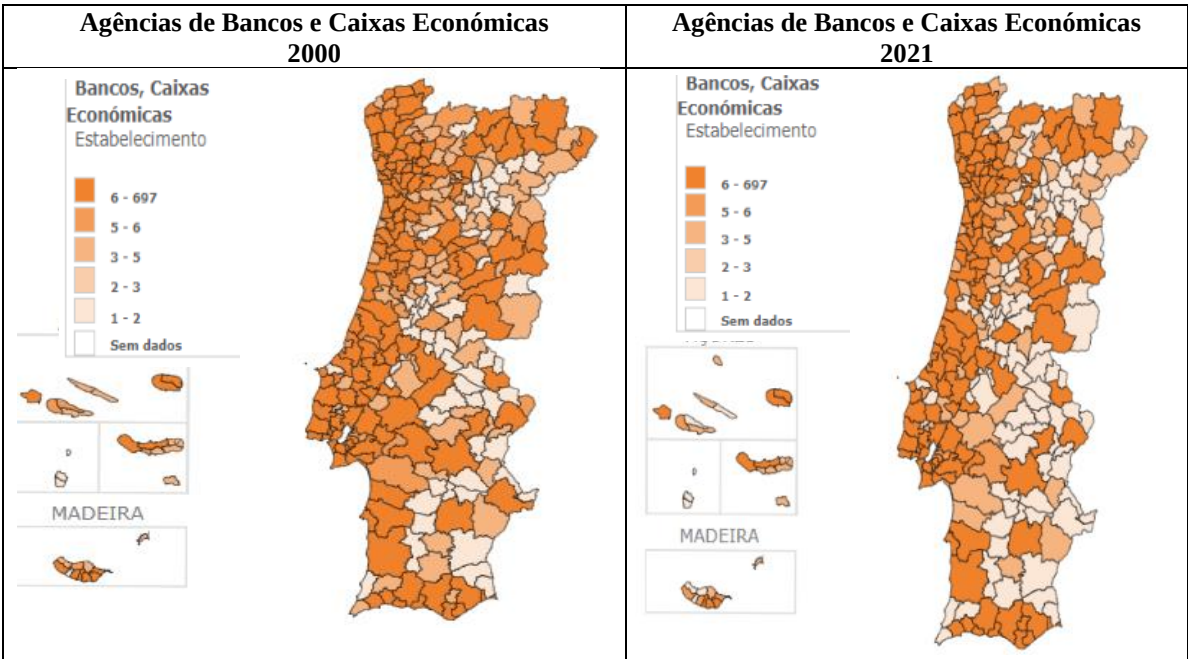
Fonte: Pordata, retirado a 29 novembro 2023

Através da Tabela 4 verifica-se, numa série temporal relativamente longa, de 2000 a 2021, e a nível de Portugal, um decréscimo do número de agências bancárias de 4.950 para 3.266, ou seja, de 34%, nos bancos de teor acionista. Em contraponto ao número de agências bancárias das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de 2000 para 2021 passaram de 577 para 681, ou seja, aumentaram 15,27%.

Se formos desagregar a evolução nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) na região do Oeste, nos 12 concelhos analisados (Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras) apenas o Cadaval (de 3 para 2) e Óbidos (de 4 para 3) reduziram o número de agências bancárias. Por outro lado, Alenquer (de 4 para 5), Lourinhã (de 8 para 11), Nazaré (de 1 para 2), Peniche (de 2 para 3) e Torres Vedras (de 12 para 16) aumentaram o número de agências abertas ao público.

Em complemento, a Figura 4 evidencia a evolução do desinvestimento da banca incumbente de teor acionista nas regiões portuguesas do interior.

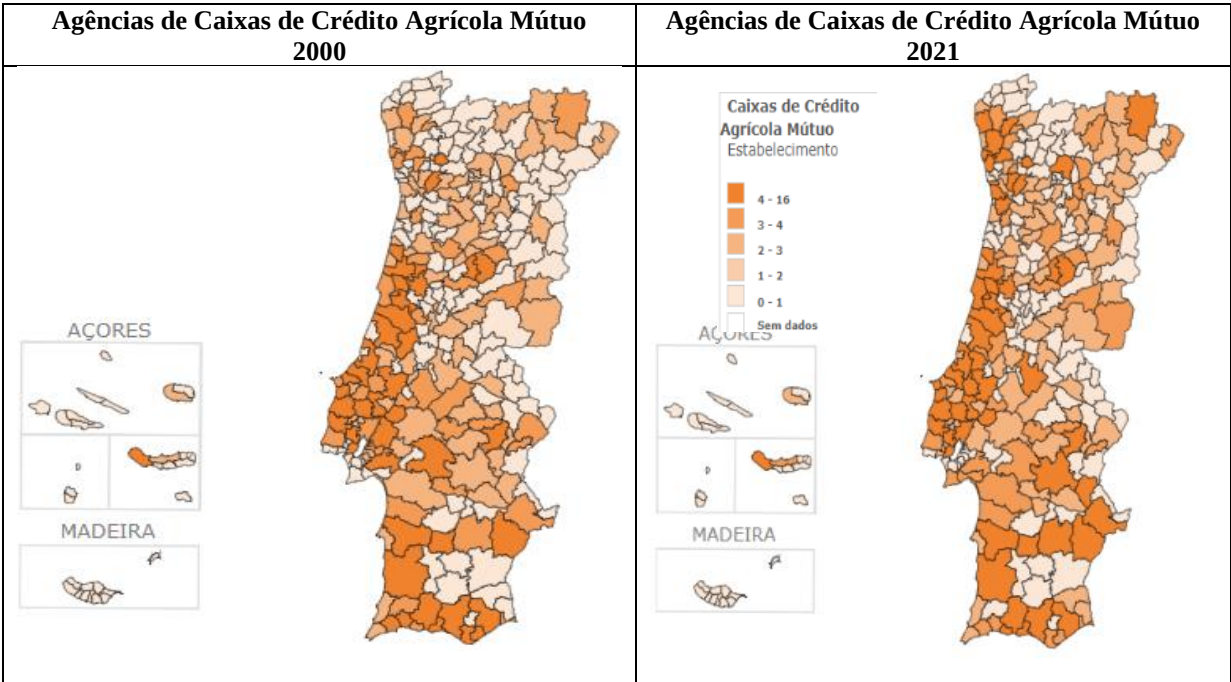
Figura 4 - Distribuição de agências bancárias de teor acionista e caixas económicas em Portugal



Fonte: Pordata, retirado a 29 novembro 2023,
<https://www.pordata.pt/municipios/estabelecimentos+de+bancos++caixas+economicas+e+caixas+de+credito+agricola+mutuo-368-1806>

A Figura 5 evidencia o reforço, a nível nacional, do investimento pelas CCAM em postos de atendimento físico, com as suas consequências sociais e económicas para estas regiões.

Figura 5 -Distribuição de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo em Portugal



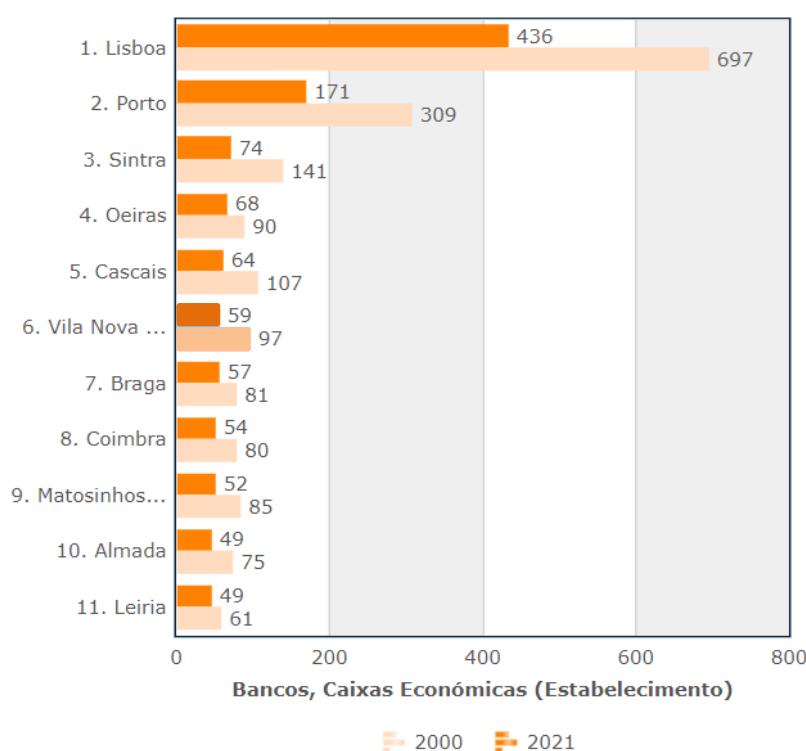
Fonte: Pordata, retirado a 29 novembro 2023
<https://www.pordata.pt/municipios/estabelecimentos+de+bancos++caixas+economicas+e+caixas+de+credito+agricola+mutuo-368-1806>

A Figura 5 sugere o papel de apoio social do modelo de banca de teor cooperativo no sentido de promover uma melhor inclusão social, valorização e retenção de talento e apoio ao empreendedorismo evidenciado na maior homogeneização da distribuição de agências bancárias em Portugal.

Esta Figura 5 também evidencia a “estranha” ausência de agências bancárias da banca de teor cooperativa na Região Autonomia da Madeira. Rocha (2023) recorda-nos que “a Caixa Económica do Funchal em 1988 transformou-se num banco de valor acionista, o Banco Internacional do Funchal (BANIF)” e que “duas décadas depois, em 2015, esta instituição, sob um processo de resolução, foi integrada no Banco Santander”.

Conforme Figura 6, os bancos de teor acionista e as Caixas Económicas estão em grande maioria nas grandes metrópoles de Lisboa e do Porto, havendo condensação de balcões nos grandes centros, precisamente nas regiões com maiores indicadores de riqueza. Fora destas duas regiões, surge Braga, na sétima posição, Coimbra, na oitava, e Leiria na décima primeira posição.

Figura 6 - Evolução agências p/ concelho dos bancos de teor acionista e caixas económicas

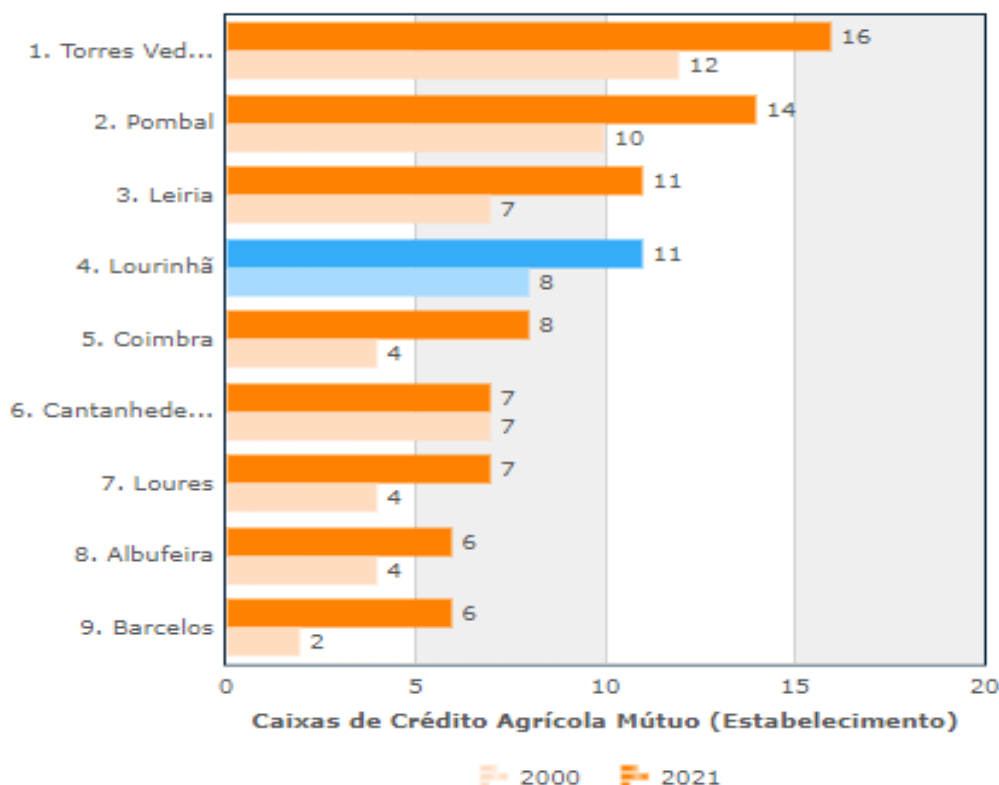


Fonte: Pordata, retirado a 29 novembro 2023

<https://www.pordata.pt/municipios/estabelecimentos+de+bancos++caixas+economicas+e+caixas+de+credito+agricola+mutuo-368-1806>

Mais uma vez, em contraponto, os bancos de teor cooperativo tenderam a aumentar o seu número de agências. A Figura 7 sugere que, em 2021, o concelho de Torres Vedras era o que tinha o maior número de agências bancárias de teor corporativo, seguido do Pombal e de Leiria, surgindo o concelho da Lourinhã em quarto lugar com 11 agências. Como já foi referido, em 2000, a Lourinhã tinha 8 agências.

Figura 7 - Evolução de agências por concelho das CCAM 2000 - 2021



Fonte: Pordata,, retirado a 29 novembro 2023

<https://www.pordata.pt/municipios/estabelecimentos+de+bancos++caixas+economicas+e+caixas+de+credito+agricola+mutuo-368-1806>

Este elemento distintivo é uma evidência da visão social que estas instituições tratam a denominada responsabilidade social. Mas assim o fazem porque esse mercado é o seu target porque foi para ele que foram criadas como uma inovação social.

Mas também o sabem fazer de modo competente e competitivo. E é sobre esse valor e valores que vamos de seguida tratar.

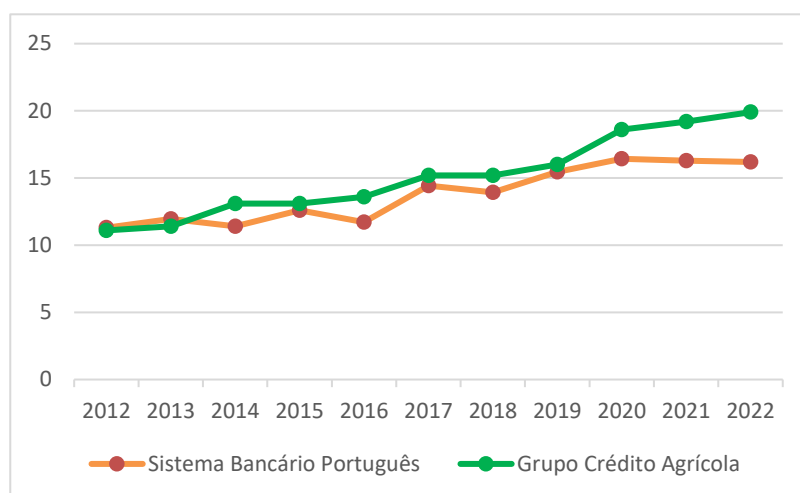
4.1. Indicadores Financeiros – sistema bancário português Vs Grupo Caixa Crédito Agrícola

O rácio de solvabilidade, também conhecido como rácio de capital, permite avaliar a segurança e solidez do banco em termos de possíveis perdas futuras. Quanto mais elevado

for este rácio, maior é a estabilidade financeira do banco.

O Gráfico 1, e à imagem do trabalho de Groeneveld (2022), sobre a evolução do indicador Core Tier 1 na Europa, também em Portugal o indicador do Grupo Caixa Crédito Agrícola (GCA) evidencia uma melhor evolução do que a média do setor financeiro.

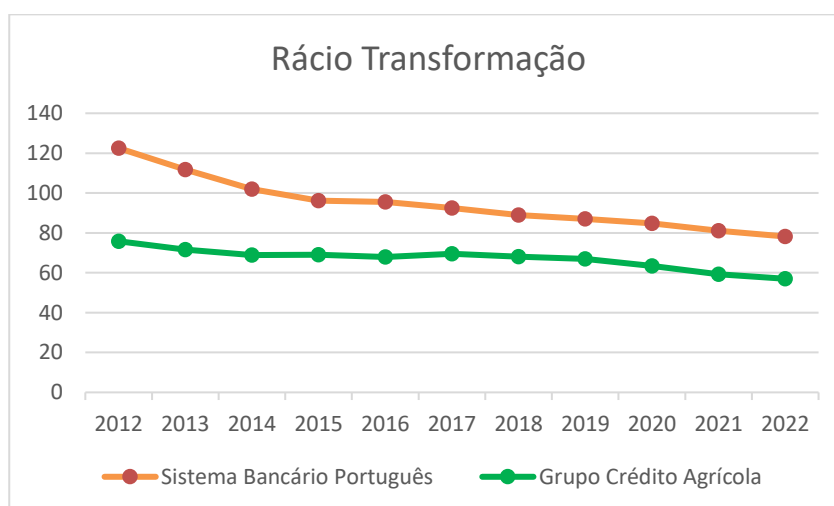
Gráfico 1 - Comparação do Rácio Common Equity Tier 1



Fonte: adaptado Banco de Portugal, retirado a 22 outubro 2023: <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12504543>

O rácio de transformação representa o crédito concedido em função dos depósitos totais e permite medir o grau de alavancagem do banco.

Gráfico 2 – Comparação do Rácio Transformação



Fonte: adaptado Banco de Portugal, retirado a 22 outubro 2023: <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12504543>

Em análise ao Gráfico 2 verifica-se que o GCA se manteve constante abaixo dos 80%, ao contrário da média do SBP que, entre 2012 e 2014, esteve acima dos 100%.

Aqui, por um motivo de comparação, podemos apresentar o quadro de Carvalho (2022), agora com dados de dezembro de 2022:

Tabela 5 - Instituições financeiras (2022)

(valores expressos em milhares de euros)

	Fundação	Ativo Total		Crédito a Clientes		Recursos clientes (Depósitos)		Capitais Próprios		Rácio transformação		Core Tier 1		Agências			Empregados		
		2019	2022	2019	2022	2019	2022	2019	2022	2019	2022	2019	2022	2019	2022	Dif	2019	2022	Dif
BPI	1981	37.786	45.995	24.231	25.619	31.513	28.412	3.256	3.511	77%	79%	16%	13%	422	319	-103	4.776	4.386	-390
Caixa Bank (Espanha)	1884	451.520	592.234	243.406	262.323	415.408	609.133	25.278	34.263	59%	52%	16%	15%	4.970	4.081	-889	48.808	45.844	-2.964
CCAM Chamusca	1929	68	63	23	23	49	45	16	16	47%	50%	63%	63%	3	2	-1	18	15	-3
CCAM Leiria	1915	766	794	153	162	657	591	97	100	22%	23%	53%	54%	13	13	0	98	100	2
CCAM Pernes e Alcanhões	1911	117	124	73	74	93	99	17	18	82%	77%	30%	31%	2	2	0	19	19	0
CCAM Pombal	1917	820	885	678	738	723	781	90	96	40%	44%	38%	35%	20	20	0	105	105	0
CCAM Torres Vedras	1915	588	630	149	163	501	537	84	86	34%	30%	37%	38%	16	16	0	76	78	2
CGD	1876	96.368	106.478	45.613	50.778	72.092	83.875	8.139	9.483	63%	61%	18%	19%	555	521	-34	6.117	5.837	-280
Credit Agricole SA (França)	1894	2.323.557	2.379.120	1.051.592	1.114.389	1.044.566	1.095.758	133.715	133.791	61%	62%	18%	19%	7.400	7.100	-300	147.000	145.000	-2.000
Millennium bcp	1985	85.804	89.861	53.140	56.198	71.946	92.808	7.352	7.062	81%	74%	12%	14%	477	408	-69	6.756	6.273	-483
Santander Totta	1988	56.167	55.778	42.404	42.365	47.438	46.332	4.251	3.608	110%	109%	26%	18%	390	381	-9	4.764	4.605	-159
Rabobank (Holanda)	1890	630.203	628.513	409.478	428.861	372.381	396.472	40.670	46.358	72%	67%	17%	16%	3.471	3.451	-20	43.361	46.959	3.598

Fonte: : Relatórios de contas das instituições financeiras (2022)

Na Tabela 5, apresentando a comparação do quadro de Carvalho (2022), com dados de dezembro de 2022, podemos verificar uma diminuição do número de agências e de empregados na maioria das instituições identificadas, tendo como exceção as CCAM's .

Nos rácios de transformação e Core Tier 1, comparando os anos 2019 e 2022, destaca-se a CCAM de Leiria e Torres Vedras, apresentando indicadores de grande estabilidade e solidez. Para Carvalho (2022), a qualidade dos indicadores económico-financeiros não depende da dimensão da empresa/instituição, pelo que se observa a constatação com a tabela 5.

4.2. Estrutura de *governance* da banca na região do Oeste

Foi analisada a composição dos órgãos sociais, das instituições financeiras da Região Oeste com vista a aferir a integração de género nos trabalhos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das CCAM da Região do Oeste.

Tabela 6: Integração de género na banca da região do Oeste (2022)

Instituições Financeiras (CCAM)	Conselho Administração						Conselho Fiscal					
	Presidente		Membros		%		Presidente		Membros		%	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
CCAM Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém	1		1	1	67%	33%	1			2	33%	67%
CCAM Alenquer	1		1	1	67%	33%	1		1	1	67%	33%
CCAM Arruda dos Vinhos	1		1	1	67%	33%		1	1	1	33%	67%
CCAM Bombarral	1		1	1	67%	33%		1	2		33%	67%
CCAM Cadaval	1		1	1	67%	33%		1	1	1	33%	67%
CCAM Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche	1		1	1	67%	33%	1		1	1	67%	33%
CCAM Lourinhã	1		1	1	67%	33%	1		1	1	67%	33%
CCAM Mafra		1	1	1	33%	67%	1		1	1	67%	33%
CCAM Sobral de Monte Agraço		1	2		67%	33%	1		1	1	67%	33%
CCAM Torres Vedras	1		3		100%			1		3		100%
Banco Português de Investimento (BPI)	1		8	8	53%	47%		1	1	3	20%	80%
Caixa Geral de Depósitos (CGD)	1		5	3	67%	33%	1		4	3	63%	38%
Millennium BCP	1		18	1	95%	5%	1		2		100%	
Santander Totta	1		8	5	64%	36%		1	3	1	60%	40%
	12	2	52	25	70%	30%	8	6	19	19	52%	48%

Fonte: adaptado de Relatórios de contas das instituições financeiras (2022)

A Tabela 6, dá nota o número de presidentes e membros Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das CCAM da Região do Oeste, assim como dos quatro maiores bancos portugueses de teor acionista.

Destaca-se uma predominância de presidentes do Conselho de Administração do género masculino, sendo que apenas duas instituições, CCAM Mafra e CCAM Sobral de Monte Agraço, têm uma presidente do género feminino. De realçar que na CCAM de Mafra, a presidente do Conselho de Administração tomou posse em 2012, antes da legislação portuguesa que intenta obrigar a um maior equilíbrio das quotas de género.

A CCAM de Torres Vedras não tem nenhuma administradora do sexo feminino, e tem a totalidade dos membros do Conselho Fiscal do sexo feminino. No Conselho Fiscal, as CCAM têm 4 presidentes (em 9) e os bancos de teor acionista têm 2 presidentes (para um total de 4).

Em 1996, a Comissão Europeia formalizou o seu compromisso com a integração da perspetiva de género na sua Comunicação «Integrar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no conjunto das políticas e das ações comunitárias». (Comissão Europeia, 1996)

O artigo 8.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE)¹² obriga a UE a promover a igualdade entre homens e mulheres na realização de todas as suas ações, proporcionando assim a base para a integração da perspetiva de género.

A intervenção do Banco de Portugal nesta matéria tem sido desenvolvida, sobretudo, no âmbito dos processos de avaliação da adequação dos membros que compõem os órgãos sociais das instituições de crédito (*fit and proper*). (Banco de Portugal, 2023)

Esta atuação tem persuadido as instituições de crédito a darem maior atenção à diversidade na composição dos seus órgãos de administração e fiscalização, promovendo o cumprimento das obrigações legais. (Banco de Portugal, 2023)

À guisa de conclusão, e sobre os modelos de *corporate governance* e os seus principais intervenientes, Carvalho (2022, 48) observa que “no final, tudo depende das pessoas.”

E, continua o autor “acima de tudo, os requisitos das normas de supervisão devem abordar o perfil e as práticas do Conselho de Administração. A sabedoria tradicional da *corporate*

¹²https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF

governance é ter administradores não executivos independentes apoiados num secretário-geral capaz e suportado numa estrutura de apoio adequada. Contudo as práticas mostram que a qualificação e a experiência dos administradores são pelo menos tão importantes, se não mais”.

Face à longevidade das CCAM, e ao ponto de partida aquando da sua criação em relação do que é considerado pelo senso comum, os fatores de produção (capital, tecnologia e talento) “eram escassos”. Daqui é possível considerar que se deve ao fator de produção “talento” o sucesso desses processos. Pois o talento tende a emergir quando se sabe trabalhar em equipe.

Ora no caso concreto da CCAM, e tendo em atenção o relato aqui difundido sobre os seus resultados económicos e financeiros no último século, a escolha por processo democrático dos gestores, e da sua monitorização, entre as partes interessadas tem dado resultado.

Para Carvalho (2022, 49), “os procedimentos de idoneidade e adequação à função (*fit and proper*) aos membros dos órgãos sociais são úteis, e devem ser alargados de modo a incluir competências técnicas e profissionais, bem como capacidades individuais, e sinais de comportamento social. A profissionalização, a formação contínua, a diversidade de género, de idade e de competências para mitigar o comportamento “em rebanho”, a par da avaliação externa e da sua divulgação, são conceitos importantes pelo que devem ser monitorizadas pelos supervisores. Os incentivos devem incluir uma orientação para o longo prazo e as partes interessadas devem ter uma palavra a dizer sobre os salários”.

Tabela 7: Indicadores económicos, do número de colaboradores e do número de agências das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Oeste em dezembro de 2020 e 2022.

(valores expressos em milhares de euros)

Caixa Crédito Agrícola Mútuo (CCAM)	Fundação	Ativo Total		Crédito a Clientes		Recursos clientes (Depósitos)		Capitais Próprios		Rácio transformação (%)		Core Tier 1 (%)		Agências		Empregados	
		2020	2022	2020	2022	2020	2022	2020	2022	2020	2022	2020	2022	2020	2022	2020	2022
Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém	1912	440	482	380	473	402	482	35	38	56%	61%	20%	19%	15	15	89	89
Alenquer	1920	145	155	118	123	122	130	22	23	98%	95%	42%	46%	5	5	29	27
Arruda dos Vinhos	1959	85	94	32	37	72	82	11	11	45%	46%	34%	32%	2	2	15	12
Bombarral	1911	86	92	49	44	72	79	13	12	49%	56%	24%	26%	3	3	17	17
Cadaval	1916	104	113	52	55	76	89	21	23	68%	77%	42%	50%	3	3	15	14
Caldas Rainha, Óbidos e Peniche	1913	392	446	158	376	336	406	34	37	44%	45%	22%	22%	12	12	63	62
Lourinhã	1912	291	339	119	152	253	309	26	29	47%	49%	24%	22%	11	11	42	46
Mafra	1957	253	294	71	101	206	261	43	32	34%	39%	35%	33%	6	6	38	38
Sobral de Monte Agraço	1929	60	69	20	21	50	60	9	9	40%	35%	41%	41%	2	2	19	17
Torres Vedras	1915	553	630	136	163	467	537	82	86	29%	30%	35%	38%	16	16	76	78

Fonte: adaptado de Relatórios de contas das instituições financeiras (2022)

Na Tabela 7, observamos que são a CCAM da Região do Oeste, assim como a maioria instituições congéneres, são centenárias; exibem indicadores como Core Tier 1 estáveis e robustos, situando-se entre 19% e 50%. Conforme proposta do Banco de Portugal em 2008 (Carta-Circular n.º 83/2008/DSB), no que se refere ao rácio Tier 1 recomenda-se o cumprimento de uma percentagem mínima de 8%. Ao analisar a CCAM de Lourinhã, e dos seus pares, observa-se um incremento no Ativo Total, nos Créditos a Clientes, nos depósitos e nos Capitais Próprios, evidenciando uma evolução positiva. Com o aumento dos créditos, o rácio de transformação também cresceu, possibilitando, assim, uma maior rentabilidade. O número de agências manteve-se, mas o número de colaboradores aumentou de 42 para 46.

4.3. Implantação por número de agências

Para uma melhor caracterização e criação de valor da informação, vamos analisar o número de agências por município em 2010, e cerca de uma década depois, em 2022.

Tendo em conta o setor de atividade, podemos considerar que se trata de uma “série relativamente longa”, logo possível de sugerir uma tendência, de informação disponível na Associação Portuguesa de Bancos (APB).

Tabela 8: Agências na Região do Oeste em 2010

Número de Balcões Região Oeste	Banco BPI	Millen. bcp	BES	Banif	CCAM	Montepio	CGD	Finibanco	Popular	Santander Totta	Deutsche Bank, BBVA e Barclay	Total	Peso Relativo das CCAM
	28	34	29	15	71	13	27	7	10	24	16	276	26%
Alcobaça.....	3	8	3	2	5	1	2	1	2	4	1	32	16%
Bombarral.....	-	1	1	1	3	-	1	-	1	1	1	10	30%
Caldas da Rainha	2	5	3	2	6	3	4	1	1	3	2	32	19%
Nazaré.....	2	1	1	-	2	1	1	-	-	1	1	10	20%
Óbidos.....	1	-	3	-	3	-	1	-	-	-	1	9	33%
Peniche.....	2	3	1	1	4	-	2	-	1	1	1	16	25%
Alenquer.....	2	2	2	1	5	1	4	-	1	1	1	20	25%
Arruda dos Vinhos	1	-	1	1	2	-	1	1	-	1	1	9	22%
Cadaval.....	1	1	1	-	3	-	1	-	-	1	-	8	38%
Lourinhã.....	1	1	1	1	11	1	1	1	1	2	1	22	50%
Mafra.....	6	6	5	3	6	4	3	2	2	5	4	46	13%
Sobral de Monte Agraço	1	1	1	-	3	1	1	-	-	1	-	9	33%
Torres Vedras.....	6	5	6	3	18	1	5	1	1	3	4	53	34%

Fonte: adaptado de Associação Portuguesa de Bancos (2023) https://www.apb.pt/publicacoes_e_pareceres/publicacoes/estatisticas/

Da Tabela 8 é possível, segundo a Associação Portuguesa de Bancos (2023), a Região Oeste tinha 276 agências em 2010, e o peso relativo das CCAM na região, em número de agências era de 26%.

Verifica-se um peso elevado relativo às CCAM nos vários concelhos, podendo verificar que, no concelho da Lourinhã, com um total de 22 balcões, 11 são da CCAM, distribuídos pelas várias localidades do concelho, Atalaia, Cabeça Gorda, Lourinhã, Lourinhã II, Marteleira, Moita dos Ferreiros, Reguengo Grande, Ribamar, Vimeiro, Paço e Ventosa, tendo um peso relativo de 50%.

Tabela 9: Agências na Região do Oeste em 2022

Número de Balcões Região Oeste	Banco BIC	Millennium bcp	Banco CTT	CCAM	Montepio	CGD	Novo Banco	Banco BPI	Totta	Bankinter	TOTAL	Peso Relativo das CCAM
	10	17	7	66	11	17	12	13	10	3	166	40%
Alcobaça.....	3	3	1	4	1	2	2	2	2	-	20	20%
Bombarral.....	1	1	-	3	-	1	-	-	1	-	7	43%
Caldas da Rainha.....	1	3	1	6	2	1	1	1	1	1	18	33%
Nazaré.....	1	1	-	2	1	1	1	1	-	-	8	25%
Óbidos.....	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	3	67%
Peniche.....	1	1	1	4	-	1	1	1	1	-	11	36%
Alenquer.....	-	1	-	5	1	1	1	1	1	-	11	45%
Arruda dos Vinhos.....	-	-	-	2	1	1	1	1	-	-	6	33%
Cadaval.....	-	-	-	3	-	1	-	-	-	-	4	75%
Lourinhã.....	1	1	1	11	1	1	1	1	1	-	19	58%
Mafra.....	1	3	2	6	3	3	3	2	2	1	26	23%
Sobral de Monte Agraço...	-	1	-	2	-	1	-	-	-	-	4	50%
Torres Vedras.....	1	2	1	16	1	2	1	3	1	1	29	55%

Fonte: adaptado de Associação Portuguesa de Bancos (2023) https://www.apb.pt/publicacoes_e_pareceres/publicacoes/estatisticas/

Uma década depois, em 2022, e segundo Tabela 9, a zona em apreço tinha 166 (menos 110) agências, sendo que o peso relativo das CCAM aumentou de 26% para 40%.

No Concelho de Lourinhã, houve uma diminuição no número de balcões, totalizando agora 19, no entanto, a CCAM manteve inalterado o seu número de balcões. Das treze CCAM analisadas, apenas Bombarral (com 20%), Caldas da rainha (com 43%), Nazaré (com 25%), Peniche (com 36%), Alenquer (com 45%), Arruda dos Vinhos (com 33%) e Mafra (com 23%) não têm mais de metade das agências do seu município.

A Caixa Geral de Depósitos (CGD), banco de capital público, com exceção de Alcobaça, de Mafra e de Torres Vedras, concelhos com um elevado índice demográfico pela sua proximidade à capital, Lisboa, reduziu o número de balcões para o mínimo (um por município).

Na informação acima exposta, verificamos que muitas agências de bancos desapareceram na sua totalidade (seja por extinção, fusão ou compra por outros *players*) e outros emergiram ao longo da série estudada 2010/2022.

Rocha (2023) chegou a idênticas conclusões no seu trabalho sobre “O sistema financeiro na Região Autónoma da Madeira”. A autora refere, sobre a evolução do sistema financeiro na Região Autónoma da Madeira (RAM), que “desde a crise económica de 2008 tem mudado de

comportamento. Verificamos um aumento de balcões nos períodos 2000/ 2005 na ordem dos 10% e em 2005/ 2010 em 14%. Após esta década de forte crescimento, assiste-se a uma forte tendência de redução, com cerca de 25% de agências nos períodos de 2010/ 2015 e 2015/ 2020” concluído que “em dezembro de 2021 no total a RAM disponha de 81 balcões, em contraponto aos 151 em 2010, sendo clara a tendência de diminuição dos mesmos (46,36%)”.

Por exemplo, o Banco Espírito Santo (BES) que se transformou em Novo Banco, o BANIF que foi integrado no Santander Totta e Bankinter que comprou o Barclays.

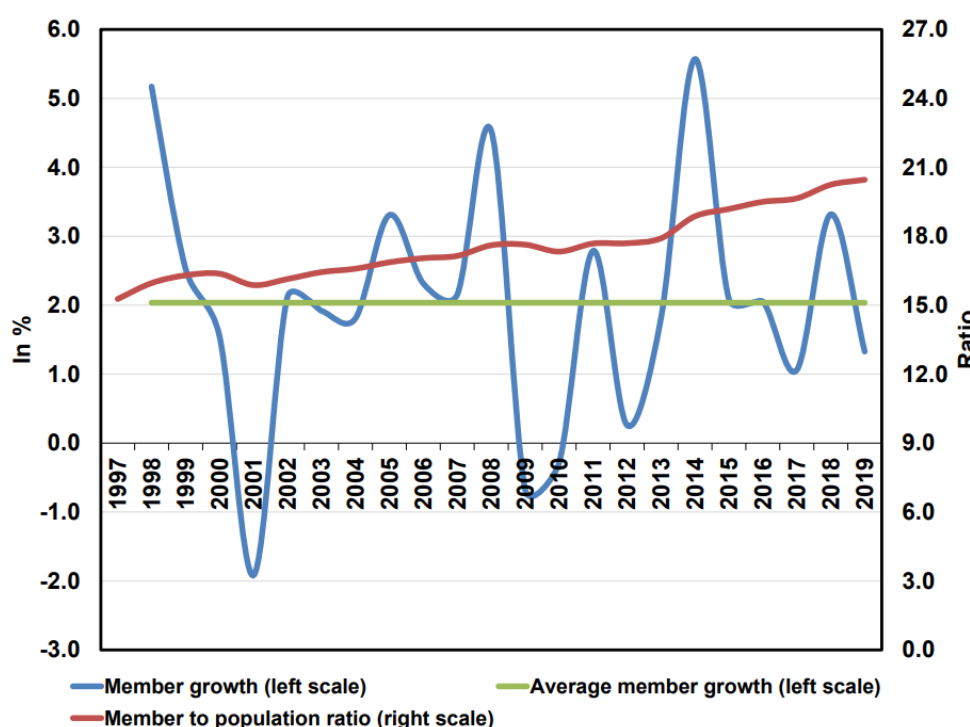
Para Rocha (2023), “esta evolução deve-se à concorrência das financeiras tecnológicas (*fintech*) emergentes e às novas tecnologias através da digitalização dos serviços financeiros e da economia que vieram para ficar e que tudo indica que a tendência irá continuar em contraponto com os denominados “bancos de proximidade”, ou seja, os bancos mutualistas”.

4.4. O movimento associativo da banca de teor cooperativo

Groeneveld (2020) chama à atenção que “a qualidade de membro distingue os bancos cooperativos de todos os outros bancos. Os membros são utilizadores e atuam como proprietários de bancos cooperativos. No caso dos bancos cotados, os proprietários (ou seja, os acionistas) não são, muitas vezes, clientes ao mesmo tempo. Além disso, os membros não têm um direito financeiro sobre o valor acumulado do seu banco cooperativo, ao passo que os acionistas beneficiam de todo o potencial ascendente do valor patrimonial dos bancos cotados. Estas características resultam numa orientação divergente e em diferentes mecanismos de governo interno de ambos os tipos de instituições de crédito. Os profissionais bancários dos bancos cooperativos locais ou regionais prestam contas aos seus membros de base que se encontram diariamente, física ou virtualmente. Uma forte base de membros é a pedra angular dos bancos cooperativos”.

“Em 2019, no cômputo geral, mais de 1,1 cliente deram o passo de se tornarem membros do seu banco cooperativo. Isto representa um aumento líquido de 1,3% (ver linha azul na Figura 8) para 86 milhões de membros. A expansão média a longo prazo do número de adesões situa-se em torno de 2% ao ano (ver linha verde reta). A linha vermelha representa o rácio da população membro. Este rácio apresenta uma tendência ascendente a longo prazo. Em média, mais de 1 em cada cinco habitantes dos 13 países europeus em análise é agora membro de um banco cooperativo (Groeneveld, 2020).

Figura 8 - Evolução dos membros e rácio entre a população e os membros da banca cooperativa na europa (member growth and member-population ratio)



Fonte: Groeneveld (2020): European co-operative banks in 2019: a concise assessment

Em Portugal, estas tendências não têm sido devidamente apresentadas e apreciadas.

As Caixas de Crédito Agrícola Mútuo são bancos nos quais os títulos de capital são detidos pelos seus associados (membros), que ao incorporarem os fundos que obtêm nos resultados da sua atividade, permite que sejam bancos com alguma solidez. Conseguem obter dessa forma um crescimento do seu negócio. Têm algumas características especiais, são considerados bancos de proximidade, mantêm boas relações com a comunidade, preocupam-se em transmitir confiança e simplicidade (Cabo *et al.*, 2009).

Conforme artigo 3º dos Estatutos aprovados em Assembleia Geral de 22 de dezembro de 2021, “constitui objeto da Caixa Agrícola o exercício de funções de crédito agrícola a favor dos seus Associados e a prática dos demais atos inerentes à atividade bancária nos termos da legislação aplicável.” (Estatutos da CCAM, 2021)

Os associados no Crédito Agrícola têm o dever de participar nas decisões da instituição, exercendo direitos de voto em assembleias e contribuindo para o desenvolvimento e gestão das atividades da Caixa de Crédito Agrícola. O Crédito Agrícola, opera com base em princípios

cooperativos, onde os sócios têm uma participação ativa e influência na governança da instituição.

Na Tabela 10, examinamos a população dos concelhos nos quais a CCAM está inserida, o número de sócios ativos e a proporção relativa dos sócios em relação à população.

Tabela 10 – Número de Associados das CCAM da Região Oeste em 2022

Caixa Crédito Agrícola Mútuo (CCAM)	População	Movimento Associativo (2022)			Peso Relativo dos Sócios
		Ativos	Abatidos	Novos	
Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém	172.721	n.a	n.a	n.a	n.a
Alenquer	44.445	3.034	20	12	7%
Arruda dos Vinhos	13.992	985	5	9	7%
Bombarral	12.750	2.150	5	15	17%
Cadaval	14.228	3.321	n.a	n.a	23%
Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche	89.272	6.198	n.a	n.a	7%
Lourinhã	26.246	n.a	n.a	n.a	n.a
Mafra	86.521	4.210	44	0	5%
Sobral de Monte Agraço	10.541	1.443	6	9	14%
Torres Vedras	83.075	5.886	22	20	7%

Fonte: adaptado do Relatório e Contas 2022

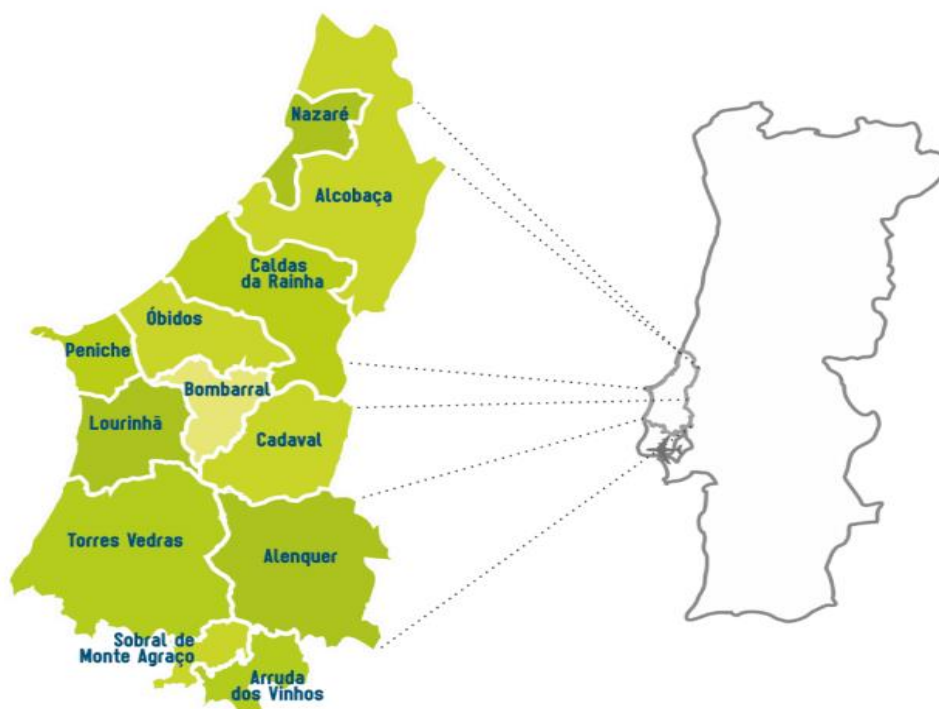
Na CCAM da Lourinhã e nas CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém, esta informação não está disponível para consulta. Nas restantes CCAMs, os dados podem ser encontrados no Relatório e Contas.

A CCAM do Cadaval apresenta uma maior proporção relativa dos sócios em relação à população, estando com um peso de 23%, seguindo-se o Bombarral com 17%. A CCAM com uma menor proporção é Mafra com 5%, o que também tem a ver com a dimensão relativa do mesmo assim como a sua fronteira com a região metropolitana de Lisboa.

5. O banco da Lourinhã, na região Oeste de Portugal

Como já foi mencionado, o município da Lourinhã está limitado a norte por Óbidos e Peniche, a nordeste pelo município do Bombarral, a sudoeste pela vila do Cadaval, e a Sul por Torres Vedras (ver Figura 9).

Figura 9 - Mapa topográfico da região Oeste



Fonte: Multisector, retirado a 15 outubro 2023

“A Região do Oeste é uma sub-região portuguesa situada no centro-oeste do país, pertencendo à região do Centro. Tem uma extensão total de 2.220 km², 363.551 habitantes, em 2021, e uma densidade populacional de 164 habitantes por km². A região é composta por 12 municípios e 89 freguesias, sendo a cidade das Caldas da Rainha, a cidade administrativa e um dos principais núcleos urbanos. Lourinhã, com 30.443 habitantes na sua área urbana e 50.898 habitantes em todo o município, é a maior cidade e o terceiro maior município, a seguir de Torres Vedras, com 83.130 habitantes, e Alcobaça com 54.981, em todo o município, sendo limitada a nordeste pela Região de Leiria, a leste pela Lezíria do Tejo, a sul pela Área Metropolitana de Lisboa e a Oeste pelo Oceano Atlântico.” (Wikipédia, 2023¹³)

¹³ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lourinh%C3%A3> retirado a 31 dezembro 2023

Figura 10: Mapa topográfico do concelho da Lourinhã

Fonte: Wikipédia, <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lourinh%C3%A3> retirado a 15 outubro 2023

“A região Oeste caracteriza-se por uma influência costeira e rural. Como assuntos de especial interesse destacam-se a hortifruticultura, nomeadamente a Pera-Rocha do Oeste, a Maçã de Alcobaça e a Ginja de Óbidos e Alcobaça. O surf, as praias, o património monumental e a geologia fazem do turismo uma importante atividade económica da região” (Wikipédia, 2023).

Por uma questão de melhor enquadramento vamos analisar um conjunto de instituições financeiras de teor corporativo na zona limítrofe ao município da Lourinhã (Figura10).

5.1. Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã

A 23 de novembro de 1912, com catorze sócios, no Cartório Notarial de Lourinhã, foi constituída, através de escritura pública, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã (CCAML) – Instituição de Utilidade Pública¹⁴.

“O progresso agrícola – base fundamental da felicidade dos povos – depende principalmente do crédito rural e do cooperativismo dos agricultores no seu mais vasto campo de ação.”¹⁵

Conforme os números 1 e 2 do artigo 2º dos Estatutos aprovados em Assembleia Geral de 22 de dezembro de 2021, a Caixa Agrícola integra-se no ramo do crédito do setor cooperativo, e como parte desse setor, coopera ativamente com as cooperativas dos demais ramos e seus organismos de grau superior para o fortalecimento, desenvolvimento e autonomia. Na

¹⁴ ACCAML – Escritura pública de Constituição da CCAML, Cartório Notarial da Lourinhã, 23 de novembro de 1912, livro nº22, fls 14V e 15.

¹⁵ J. Francisco Grilo, *in* Mutualismo rural e crédito agrícola, 1912.

prossecução da sua atividade, orienta-se pelas finalidades de progresso e desenvolvimento da agricultura e aumento de bem-estar, físico, social e económico dos seus Associados, à luz dos princípios mutualistas do cooperativismo. (Estatutos da CCAM da Lourinhã, 2021¹⁶)

A Caixa de Crédito Agrícola da Lourinhã encontra-se atualmente com 11 agências (Atalaia, Cabeça Gorda, Lourinhã, Lourinhã II, Marteleira, Moita dos Ferreiros, Reguengo Grande, Ribamar, Vimeiro, Paço e Ventosa) e 46 trabalhadores:

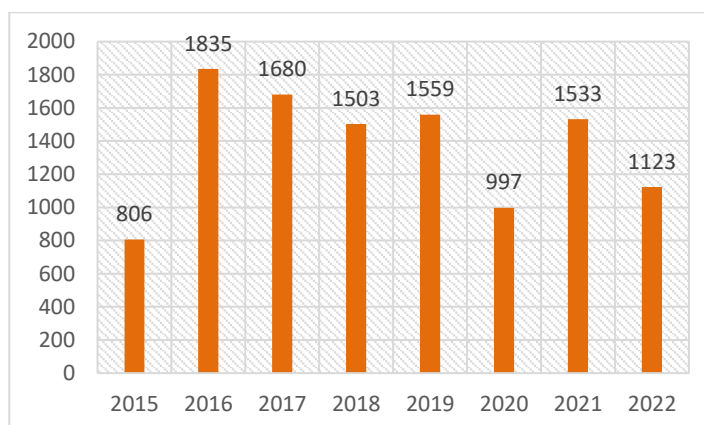
Figura 11 – Número de colaboradores em 2022

Cargo	31/dez/22	31/dez/21
Direcção	5	5
Chefias e gerência	3	3
Quadros técnicos	14	12
Comerciais	21	21
Administrativos		
Outros	3	3
Totais	46	44

Fonte: Relatório e Contas de 2022, CCAM da Lourinhã

A Figura 11 evidencia o aumento do número de colaboradores de 2021 para 2022, ao contrário de redução do número de empregados dos bancos de teor acionista (Tabela 5).

Gráfico 3 - Evolução do Resultado Líquido da CCAM da Lourinhã



Fonte: adaptado de Relatório e Contas de 2022 (valores expressos em milhares de euros)

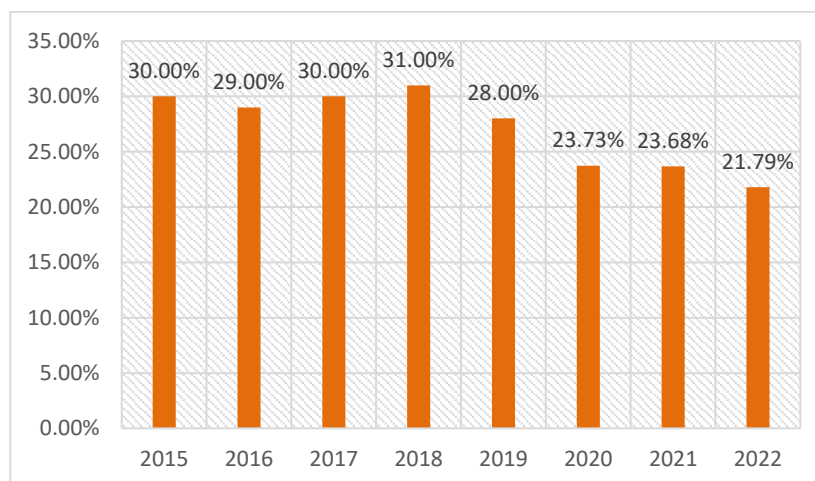
O Resultado Líquido, ou seja, o lucro manteve-se sempre com níveis adequados e perenes.

O Gráfico 4 evidência a evolução, de 2015 a 2022, do rácio de eficácia Core Tier 1. Este importante indicador de referência do setor bancário tem, à imagem das suas congéneres

¹⁶ <https://www.creditoagricola.pt/-/media/77db251ac0864da49c2e6a4be9391a09.pdf>

homólogas da região do Oeste (Tabela 7), e a quase totalidade das CCAM portuguesas, melhores rácios do que o Grupo Caixa Crédito Agrícola (GCA) e a média do setor financeiro (ver Gráfico 1, na p. 47).

Gráfico 4 – Evolução do Rácio Common Equity Tier 1



Fonte: adaptado de Relatório e Contas de 2022

A Caixa Agrícola de Lourinhã dispõe de rácios de liquidez e de solvabilidade que lhe permita desenvolver a sua atividade creditícia sem constrangimentos de balanço.

5.2. O Papel social da banca no Concelho da Lourinhã

Cabo *et. al* (2009) refere que o Crédito Agrícola investe e muita vez também de modo a apoiar causas sociais, nomeadamente, a proteção civil, a animação cultural, mecenato, imprensa local etc. O modelo de banca cooperativa e mutualista vem reforçando a sua presença no mercado, principalmente em nichos de mercado onde outros bancos não atuam.

Conforme Sousa (2023) na sua investigação “A banca cooperativa como modelo de banca sustentável” menciona que “a dimensão das instituições financeiras de teor cooperativo oferece uma capacidade de decisão a todas as partes interessadas com a consequente otimização da monitorização do investimento e do seu desenvolvimento. As suas decisões estratégicas devem ser apresentadas e apreciadas em sede de reunião de assembleia geral.”

As Instituições Cooperativas decorrem de uma forma de atuação diferenciada das demais instituições financeiras, relacionada com os princípios da sustentabilidade, uma vez que: promove o bem-estar das comunidades onde se encontra, através de uma estratégia de

responsabilidade social que alia a iniciativas nacionais, projetos de âmbito local, que respondem de forma efetiva às necessidades nas áreas da cultura, desporto, educação e social.

No ponto 7 – Divulgação e apoio social do Plano de Atividades e Orçamento da CCAM da Lourinhã, apresentado aos sócios a 5 de dezembro de 2022, menciona:

- Utilização dos meios locais de comunicação social: RCL – Rádio Clube da Lourinhã e Jornal “Alvorada”.
- Prémios de mérito e Excelência Agrupamento de Escolas da Lourinhã.
- Prémios de mérito e Excelência Agrupamento de Escolas D. Lourenço Vicente.
- Apoio às equipas jovens de futebol do Sporting Clube Lourinhanense.
- Apoio ao Hoquei Clube da Lourinhã.
- Apoio às diversas atividades culturais, recreativas e desportivas levadas a cabo por clubes e associações do Concelho.

Tuckman (2012) explicita que “investigação do estudo de caso reúne entrevistas a diversas pessoas ou participantes na situação, que estão envolvidos nos fenómenos em estudo”.

Para investigação, foram entrevistados sobre o papel social da banca, membros de dez instituições:

- João Picão, Membro da direção dos Bombeiros Voluntários da Lourinhã, entrevistado a 18 outubro 2023;
- Sara Agostinho, Membro da direção da ADL (Associação Desenvolvimento de Lourinhã), entrevistada a 27 novembro 2023;
- João Picão, Membro do Conselho Fiscal da Confraria de Nossa Senhora dos Anjos da Vila da Lourinhã, entrevistado a 18 outubro 2023;
- Margarida Pedro, Membro da direção da Associação Juvenil Tá a Mexer, entrevistada a 27 novembro 2023;
- João Picão, Membro do Conselho Fiscal da AGEO - Associação Geoparque Oeste, entrevistado a 18 outubro 2023;
- Lídea Leal, Membro da direção da Adapecil - Associação De Amor para Educação De Cidadãos Inadaptados Da Lourinhã, entrevistada a 26 novembro 2023;
- João Picão, Membro do Conselho Fiscal GEAL - Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã, entrevistado a 18 outubro 2023;

- Sara Agostinho, Membro da direção da ACIRO – Associação Comercial, Industrial e Serviços da Região Oeste, entrevistada a 27 novembro 2023;
- João Picão, Ex-Membro do Conselho Fiscal da Hoquei Clube da Lourinhã, entrevistada a 6 novembro 2023;
- Paulo Marta, Presidente da direção da Sporting Clube Lourinhanense, entrevistado a 5 novembro 2023.

A entrevista foi feita de forma breve, com o tempo médio de 10 minutos cada, e presencial, com perguntas de resposta fechada.

1ª questão - Considera importante o papel social da banca no concelho da Lourinhã?

1	Bombeiros Voluntários da Lourinhã	Sim
2	Associação Desenvolvimento de Lourinhã	Sim
3	Confraria de Nossa Senhora dos Anjos da Vila da Lourinhã	Sim
4	Associação Juvenil Tá a Mexer	Sim
5	Adapecil - Associação De Amor para Educação De Cidadãos Inadaptados Da Lourinhã	Sim
6	GEAL - Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã	Sim
7	ACIRO – Associação Comercial, Industrial e Serviços da Região Oeste	Sim
8	AGEO - Associação Geoparque Oeste	Sim
9	Hoquei Clube da Lourinhã	Sim
10	Sporting Clube Lourinhanense	Sim

Quando questionados se consideravam importante o papel social da banca no concelho da Lourinhã, todos responderam que Sim.

2ª questão – Recebe apoio social da banca para a sua instituição?

1	Bombeiros Voluntários da Lourinhã	Sim
2	Associação Desenvolvimento de Lourinhã	Sim
3	Confraria de Nossa Senhora dos Anjos da Vila da Lourinhã	Sim
4	Associação Juvenil Tá a Mexer	Não

5	Adapecil - Associação De Amor para Educação De Cidadãos Inadaptados Da Lourinhã	Sim
6	GEAL - Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã	Sim
7	ACIRO – Associação Comercial, Industrial e Serviços da Região Oeste	Não
8	AGEO - Associação Geoparque Oeste	Sim
9	Hoquei Clube da Lourinhã	Sim
10	Sporting Clube Lourinhanense	Sim

A questão sobre o recebimento de apoio social por parte da banca para a instituição foi respondida afirmativamente por todos, com exceção da ACIRO – Associação Comercial e Associação Tá a Mexer.

3ª questão – Se sim, quais os Bancos que o apoiam?

1	Bombeiros Voluntários da Lourinhã	Crédito Agrícola
2	Associação Desenvolvimento de Lourinhã	Crédito Agrícola
3	Confraria de Nossa Senhora dos Anjos da Vila da Lourinhã	Crédito Agrícola
5	Adapecil - Associação De Amor para Educação De Cidadãos Inadaptados Da Lourinhã	Crédito Agrícola
6	GEAL - Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã	Crédito Agrícola
8	AGEO - Associação Geoparque Oeste	Crédito Agrícola
9	Hoquei Clube da Lourinhã	Crédito Agrícola
10	Sporting Clube Lourinhanense	Crédito Agrícola

Tendo sido apresentado todos Bancos do concelho, as instituições que responderam afirmativamente, todas responderam Crédito Agrícola.

Algumas das formas de apoio social mencionadas foram donativos, vantagens para a concessão de crédito bancário, redução de comissões, participação em eventos.

6. Conclusões

Na introdução, e recordando Reto, Bento e Crespo (2022, p.28) que observavam que, nos últimos anos, os sistemas bancários europeus tornaram-se cada vez mais isomorfos, com uma tendência para a integração (ganho de escala e de âmbito) e liberalizados, trilhando caminhos que recordam a desregulamentação dos produtos e serviços preconizada a partir da década de 1980, orientada pela denominada escola de Chicago, perguntávamos se é a procura de capitalização que mitiga o risco? Como se observa a capitalização de uma instituição financeira? Pelo indicador de Core Tier 1? Pela baixa taxa de transformação? Pela disseminação do risco? Pela intervenção e monitorização das suas partes relacionadas pelas suas partes interessadas?

Como se observou no processo de perda de valor da Farfetch, a melhor cobertura de risco é sua disseminação por setores, geografias, entidades, etc. A atividade das “pequenas” instituições financeiras de base local, pelo balanço, regulamentos, e o “olhar dos vizinhos” tende a disseminar o portfolio dos investimentos creditícios. Ou seja, a sua natureza tem o seu espaço competitivo, logo perene, no ecossistema financeiro.

Os “olhos e ouvidos” da comunidade, enquanto parte interessada (os seus membros), se devidamente integrados nos trabalhos de monitorização, designadamente nas Assembleias Gerais das instituições, tendem a criar valor em capitalizando a Instituição e oferecendo dimensão, reputação e notoriedade.

A nossa análise empírica baseou-se num estudo de caso de um município na região Oeste de Portugal, o concelho da Lourinhã, e de um conjunto de instituições financeiras de teor cooperativo, em nove concelhos limítrofe.

Os resultados sugerem que as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo podem-se apoiar, com reciprocidade (em cooperação) com o respeito pelas diferenças (especificidades) e pela representatividade (ganho de membros e sua intervenção nos fóruns adequados).

O uso eficaz das economias da comunidade, que ao se associarem sob o modelo de cooperativa, como coproprietários (os membros), tendem a permitir uma configuração eficiente e inovadora de atividades suportadas nas capacidades de diversas partes interessadas para criar ofertas que satisfaçam as necessidades específicas das comunidades locais.

A melhoria da *corporate governance*, tendencialmente de membros da comunidade, ajudou assim a implementar um modelo de negócio eficaz, que tende a mitigar o desinvestimento observado pela banca incumbente de teor acionista, e mesmo de capital público, em diversas regiões, em particular as de menores rendimentos.

Por outro lado, emerge a capacidade de difundir os resultados de gestão para uma melhor defesa do modelo cooperativo, e das suas partes interessadas (gestores, trabalhadores, membros) enquanto alternativa séria e competitiva.

Este facto contradiz muita da literatura anglo-saxónica, que tende a valorizar a necessidade de abordagens baseadas no mercado e no ganho de escala.

Recordemos a pergunta de partida:

P1 - Qual o papel do sistema financeiro no desenvolvimento da região da Lourinhã?

O sistema financeiro é um instrumento muito importante para o desenvolvimento. Na Lourinhã assistiu-se, na última década, ao desinvestimento em instalações de apoio físico (balcões), e ao despedimento ou deslocação para outras regiões, dos seus trabalhadores, por parte dos bancos de teor acionista.

Em contraponto, o banco local, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã, no mesmo período, manteve (i) o número de balcões, (ii) aumentou o número de trabalhadores, (iii) e manteve a capacidade de financiamento ao investimento e ao consumo local.

O banco da Lourinhã é competitivo e os seus resultados, ao longo de um século, sugerem uma gestão eficiente e uma *governance* eficaz.

Estes resultados vão ao encontro de Henselmann *et al.* (2016), que ao analisaram a globalidade dos bancos dos países da UE, no período 2005-2013, demonstraram que: i) antes da crise, os bancos cooperativos provisionaram perdas potenciais cerca de duas vezes maiores do que a banca comercial e a banca de poupança; ii) após a crise, foram realmente poucos os bancos cooperativos (e de poupança) a apresentar prejuízos, em contraste claro com a banca comercial; iii) a crise financeira provou que a banca cooperativa e os bancos de poupança são importantes para a estabilidade do sistema financeiro europeu; iv) a banca cooperativa tem expressão distinta nos diferentes países da UE, pelo que a validade das inferências permanece uma questão aberta.

No mesmo sentido, Oliveira & Carvalho (2021) recordam-nos que “as cooperativas bancárias, em regra, apresentam boas quotas de crédito às PME e baixas taxas de transformação (crédito/depósitos). Os seus gestores “são os olhos e ouvidos das suas regiões, e do seu banco”. Têm a maior rede de agências em Portugal (655 em 2019). E na crise de 2011, as CCAM não conheceram os representantes da Troika! A sua génese esteve na dificuldade de os pequenos empresários rurais encontrarem formas de financiamento adequadas fora dos grandes centros urbanos. A solidariedade era a solução para as suas dificuldades. É a sua “natureza” local que oferece valor e as torna relevantes e globais”.

Conforme a conclusão das entrevistas com os dez membros de instituições de carácter social do concelho da Lourinhã, verifica-se que esta instituição financeira participa ativamente no desenvolvimento da região, destacando assim o seu papel social e integrando a sua responsabilidade social.

A nossa investigação, em linha com os resultados destes autores, sugere que os bancos de teor cooperativo da região do Oeste têm capacidade para competir com os seus concorrentes globais, sendo que a sua presença junto dos seus proprietários (os seus membros) oferece vantagens comparativas significativas.

Contudo, do nosso trabalho, é visível afastamento entre as CCAM e a captação de novos membros, assim como a sua participação nas deliberações magnas das associações (não temos evidência deste facto por falta de informação disponível).

Vale recordar, que tal como mencionado por Groeneveld (2020) “a qualidade de membro distingue os bancos cooperativos de todos os outros bancos. Os membros são utilizadores e atuam como proprietários de bancos cooperativos” sendo importante assegurar um aumento da participação relativa das comunidades nas decisões da instituição de teor cooperativo.

Daqui emerge a necessidade de uma maior e melhor ligação a essas comunidades através do reforço e comunicação com os seus associados, ficando, assim, com a capacidade e interesse em preservar o espírito que esteve na origem dos quatorze fundadores que criaram, em 1911, o banco da Lourinhã.

6.1.Limitações e sugestões para investigação

Os estudos de caso promovem o desenvolvimento de pistas para futuras investigações que visem a proposta de sugerir a estruturação de diversos modelos a partir das variáveis reconhecidas e a generalização dos conhecimentos entretanto promovidos.

No entanto, é fulcral a concretização de estudos com abordagem quantitativa para averiguar a veracidade das propostas numa amostra representativa do domínio em análise.

Outra sugestão para investigação futura é análise do comportamento e quais as definições dos tipos de bancos que tendem a manter o seu vínculo de proximidade com as comunidades e a explicação para a sua resiliência.

As limitações do estudo devem-se à falta de informação nos Relatórios e Contas das várias instituições. Sendo a CCAM uma cooperativa, seria fundamental mencionar o número de sócios, não estando espelhado esta informação em algumas instituições.

7. Referências bibliográficas

- Amado, J. (2017). *Manual de investigação Qualitativa em Educação 3ª edição*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- Agrawal, A., Kapur, D., & McHale, J. (2008). How do spatial and social proximity influence knowledge flows Evidence from patent data. *Journal of urban economics*, 64(2), 258-269.
- Algeri C., Anselin L., Forgione A.F. & Migliardo C. (2022), Spatial dependence in the technical efficiency of local banks, Papers in Regional Science, Regional Science Association International.
- Almazan, A. (2002). A model of competition in banking: Bank capital vs expertise. *Journal of Financial Intermediation*, 11(1), 87–121.
- Ayadi, R., Llewellyn, D. T., Schmidt, R. H., Arbak, E., & Pieter De Groen, W. (2010). Investigating diversity in the banking sector in Europe: Key developments, performance and role of cooperative banks.
- Baker, H. K., & Anderson, R. (Eds.). (2010). *Corporate governance: A synthesis of theory, research, and practice* (Vol. 8). John Wiley & Sons.
- Balland, P. A., Boschma, R., & Frenken, K. (2015). Proximity and innovation: From statics to dynamics. *Regional Studies*, 49(6), 907-920.
- Barcelos Rocha, S. L. (2023). *Evolução do Sistema Financeiro na Região Autónoma da Madeira* (Doctoral dissertation).
- Baumann, U., & Nier, E. (2005). *Disclosure, volatility, and transparency: an empirical investigation into the value of bank disclosure*. SSRN.
- Berger, A. N., Miller, N. H., Petersen, M. A., Rajan, R. G., & Stein, J. C. (2005). Does function follow organizational form? Evidence from the lending practices of large and small banks. *Journal of Financial economics*, 76(2), 237-269.
- Berger, A. N., & Udell, G. F. (1998). The economics of small business finance: The roles of private equity and debt markets in the financial growth cycle. *Journal of banking & finance*, 22(6-8), 613-673.
- Bolívar, A. (2012). Melhorar os processos e os resultados educativos. *O que nos ensina a investigação. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão*.
- Borio, C. E. (Ed.). (2004). *Market discipline across countries and industries*. MIT Press.
- Boschma, R. (2005). Proximity and innovation: a critical assessment. *Regional studies*, 39(1), 61-74.
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative research journal*, 9(2), 27-40.
- Cardoso, T. M. L., & Pestana, F. (2021). O Inquérito por questionário enquanto procedimento metodológico. *ATENA Editora*, 4, 140-151.

- Carvalho, R. M. (2010). *Compreender + África, fundamentos para competir no Mundo (2a)*. Lisboa: Debates, Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Carvalho, R. M. (2022). *Deveres da Corporate Governance*, 2ª edição, Lisboa, Editora Lidel
- Castelló, E, Trias, C, Arribas, A (2018). “Europe’s Cooperative BANKing Models (revised Editions), European Economic and Social Committee (EU), Bruxelas.
- Chiappori, P.-A., Perez-Castrillo, D., & Verdier, T. (1995). Spatial competition in the banking system: Localization, cross subsidies and the regulation of deposit rates. *European Economic Review*, 39(5), 889–918.
- Chiaromonte, L., Poli, F., & Oriani, M. E. (2015). Are cooperative banks a lever for promoting bank stability? Evidence from the recent financial crisis in OECD countries. *European Financial Management*, 21(3), 491-523.
- Crescenzi, R., Nathan, M., & Rodríguez-Pose, A. (2016). Do inventors talk to strangers? On proximity and collaborative knowledge creation. *Research Policy*, 45(1), 177-194.
- Degryse, H., & Ongena, S. (2005). Distance, lending relationships, and competition. *The Journal of Finance*, 60(1), 231-266.
- Degryse, H., Matthews, K., & Zhao, T. (2017). Relationship banking and regional SME financing: The case of Wales. *International Journal of Banking, Accounting and Finance*, 8(1), 93-118.
- Dhar, V., & Stein, R. M. (2017). FinTech platforms and strategy. *Communications of the ACM*, 60(10), 32-35.
- do Cabo, P. S. A. (2012). *Essays on governance and failure of co-operative banks: the Portuguese agricultural credit co-operatives* (Doctoral dissertation, Instituto Politecnico de Braganca (Portugal)).
- Dyllick, T., & Hockerts, K. (2002). Beyond the business case for corporate sustainability. *Business strategy and the environment*, 11(2), 130-141.
- Fitjar, R. D., & Rodríguez-Pose, A. (2017). Nothing is in the air. *Growth and Change*, 48(1), 22-39.
- Fiordelisi, F. and P. Molyneux (2006). *Shareholder value in banking*. Palgrave Macmillan, U.K.
- Fiordelisi, F., & Mare, D. S. (2014). Competition and financial stability in European cooperative banks. *Journal of international money and finance*, 45, 1-16.
- Fiordelisi, F., Grimaldi, S., Lopez, J.S., Mazzilis, M.C. & O. Ricci (2022) The Beauty of Being Involved: The Case of Cooperative Banks, *British Journal of Management*, Vol. 00, 1–23
- Frazão, J. P. (2018). *Evolução da Força de Trabalho do Setor dos Recursos Minerais no início da Era Digital* (Doctoral dissertation, ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal)).
- Freixas, X., & Gabillon, E. (1999). Optimal regulation of a fully insured deposit banking system. *Journal of regulatory economics*, 16, 111-134.

- Freixas, X., & Rochet, J. C. (2008). *Microeconomics of banking*. MIT press.
- Freixo, M. (2011). Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas. *Lisboa: Instituto Piaget*.
- Gehrig, T. (1998). Screening, cross-border banking, and the allocation of credit. *Research in Economics*, 52(4), 387–407.
- Girard, C. and A. Sobczak (2012). ‘Towards a model of corporate and social stakeholder engagement: analyzing the relations between a Frenchmutual bank and itsmembers’, *Journal of Business Ethics*, **107**, pp. 215–225.
- Gomes, J. F., & Cesário, F. (2014). Investigação em gestão de recursos humanos. *Revista Escolar Editora*, 183.
- Groeneveld, H. (2020). European co-operative banks in 2019: a concise assessment. *Research Letter European Co-operative Banks*.
- Guerreiro, Manuel José (2023), Discurso de Abertura do II Cimeira Internacional de Cooperativas de Língua Portuguesa, Torres Vedras, in
- Henselmann, K., Ditter, D., & Lupp, P. (2016). *The Effects of the Financial Crisis on Cooperative Banks in Europe–A Critical Comparison–* (No. 2016-1). Working Papers in Accounting Valuation Auditing.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2012). Preparação final do questionário. *Investigação por questionário*. (2ª Ed.). *Lisboa, Portugal: Edições silabo*.
- Howorth, C., & Moro, A. (2006). Trust within entrepreneur bank relationships: Insights from Italy. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30(4), 495-517.
- Huber, F. (2012). On the role and interrelationship of spatial, social and cognitive proximity: Personal knowledge relationships of R&D workers in the Cambridge information technology cluster. *Regional studies*, 46(9), 1169-1182.
- Jackson, J. W., & Smith, E. R. (1999). Conceptualizing social identity: A new framework and evidence for the impact of different dimensions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25(1), 120-135.
- Jensen, M. C. (1986). Agency costs of free cash flow, corporate finance, and takeovers. *The American economic review*, 76(2), 323-329.
- Knoben, J., & Oerlemans, L. A. (2006). Proximity and inter-organizational collaboration: A literature review. *international Journal of management reviews*, 8(2), 71-89.
- Lang, F, Signore, S, Gvetadze, S (2016). The role of cooperative bank and smaller institutions for the financing of SMEs and small midcaps in Europe, European Investment Fund (EIF).
- Leick, B., Leßmann, G., Ströhl, A., & Pargent, T. (2020). Place-based entrepreneurs and their competitiveness: a relational perspective on small regional banks. *Journal of Small Business & Entrepreneurship*, 1-33.

- Letaifa, S. B., & Rabeau, Y. (2013). Too close to collaborate? How geographic proximity could impede entrepreneurship and innovation. *Journal of Business Research*, 66(10), 2071-2078.
- Menzel, M. P. (2015). Interrelating dynamic proximities by bridging, reducing and producing distances. *Regional Studies*, 49(11), 1892-1907.
- Molina-Morales, F. X., Belso-Martínez, J. A., Más-Verdú, F., & Martínez-Cháfer, L. (2015). Formation and dissolution of inter-firm linkages in lengthy and stable networks in clusters. *Journal of Business Research*, 68(7), 1557-1562.
- Neuberger, D., & Rätke, S. (2001). *Klassische versus elektronische Vertriebswege von Bankdienstleistungen für kleine Unternehmen-Ergebnisse einer Befragung von Freiberuflern in Rostock, Bad Doberan und Güstrow* (No. 30). Thünen-Series of Applied Economic Theory-Working Paper.
- Paci, R., Marrocu, E., & Usai, S. (2014). The complementary effects of proximity dimensions on knowledge spillovers. *Spatial Economic Analysis*, 9(1), 9-30.
- Petersen, M. A., & Rajan, R. G. (2002). Does distance still matter? The information revolution in small business lending. *The journal of Finance*, 57(6), 2533-2570.
- Quivy, R., Van Campenhoudt, L., & Santos, R. (1992). Manual de investigação em ciências sociais.
- Rime, B. (2001). Capital requirements and bank behaviour: Empirical evidence for Switzerland. *Journal of banking & finance*, 25(4), 789-805.
- Reto, L., & Bento, P. A Banca Cooperativa e o Desenvolvimento Regional e Local.
- Rychen, F., & Zimmermann, J. B. (2008). Clusters in the global knowledge-based economy: knowledge gatekeepers and temporary proximity. *Regional studies*, 42(6), 767-776.
- Schmidt, R. H., Bülbül, D., & Schüwer, U. (2014). Savings banks and cooperative banks in European banking systems. *Bezpieczny Bank*, (2 (55), 38-49
- Silverman, D. (2013). *A very short, fairly interesting and reasonably cheap book about qualitative research*. Sage.
- Sousa, 2012: Teresa Sousa, “100 anos Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã”
- Schumpeter, J.A. (1912) Theory of Economic Development. Routledge, London.
- Stake, R. E. (2009). A arte da investigação com estudos de caso. Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas.
- Sussman, O., & Zeira, J. (1995). Banking and development. CEPR Discussion Papers, 1127.
- Tuckman, B. W. (2012). Manual de investigação em educação: metodologia para conceber e realizar o processo de investigação científica. Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas.
- Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods* (Vol. 5). sage.

RELATÓRIOS, WEBGRAFIA E OUTRAS FONTES

- Associação Portuguesa de Bancos. (10 setembro de 2023). Estatísticas de 2019 a 2022. Recuperado de https://www.apb.pt/publicacoes_e_pareceres/publicacoes/estatisticas/
- Banco de Portugal. (15 setembro de 2023). Instruções. Recuperado de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/instrucoes/79-96i.pdf>
- Banco de Portugal. (6 dezembro de 2023). Comunicado. Recuperado de <https://www.bportugal.pt/comunicado/instituicoes-de-credito-reforcam-diversidade-de-genero-dos-orgaos-de-administracao-e>
- Comissão Europeia, 1996 (20 dezembro 2023). Integrar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no conjunto das políticas e das ações comunitárias. Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/incorporation-of-equal-opportunities-into-community-policies.html>
- Cooperativismo. (22 de dezembro de 2022). Em Wikipédia. Recuperado de, <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cooperativismo>
- DECO Proteste. (23 de agosto de 2022). Core Tier One. Recuperado de <https://www.deco.proteste.pt/investe/lexicon/c/core-tier-one>
- Decreto-Lei nº 24 (11 de janeiro de 1991). Aprova o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo.
- European Association of Co-operative Banks, annual report, 2022 (15 setembro de 2023). Recuperado de [eacb_annualreport_2022_final-compressed.pdf](https://www.eacb.europa.eu/eacb_annualreport_2022_final-compressed.pdf)
- Estatutos Caixa de Crédito Agrícola de Lourinhã, 2021 (8 dezembro 2023). Recuperado de <https://www.creditoagricola.pt/-/media/77db251ac0864da49c2e6a4be9391a09.pdf>
- FENACAM. (23 novembro de 2023). Cooperativismo Financeiro. Recuperado de <https://fenacam.pt/cooperativismo-financeiro/>
- Gestão de Risco na Atividade Bancária: Riscos Financeiros, Niel Cláudio Capalo Luís, Dissertação apresentada no Instituto Superior de Gestão (ISG), acedida a 5 dezembro de 2023: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/31663/1/disserta%C3%A7%C3%A3o%20final%20Niel%20Luis.pdf>
- Instrução nº 79/96, do Banco de Portugal (BdP). Fundos Próprios Consolidados (SICAM)
- Instrução nº 23/2011, do Banco de Portugal (BdP). Divulgação de indicadores de referência
- International Cooperative Banking Association. (ICBA) (2020).
- MultiSector. (8 de junho de 2017). SI2E: Mais Concursos para Mais Regiões do País - Região Oeste. Recuperado de <https://multisector.pt/2017/06/08/si2e-mais-concursos-para-mais-regioes-do-pais/regiao-oeste/>
- Oliveira & Carvalho, 2021 (15 de novembro 2023) “O papel relevante das Caixas de Crédito Agrícola Mútua, <https://eco.sapo.pt/opiniao/o-papel-relevante-das-caixas-de-creditoagricola-mutua/>, recuperado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Margaret_Thatcher

- Pordata. (1 de dezembro de 2023). Estabelecimentos de Bancos, Caixas Económicas e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. Recuperado de <https://www.pordata.pt/municipios/estabelecimentos+de+bancos++caixas+economicas+e+caixas+de+credito>
- Pina, L. M. P. (2012). *A eficiência nas caixas de Crédito Agrícola Mútuo* (Master's thesis).
- Relatório de Gestão e Contas de 2019 da CCAM Chamusca, CCAM Pernes e Alcanhões, CCAM Torres Vedras, CCAM Leiria, CCAM Pombal, BPI, Santander Totta, Millennium BCP, CGD, Santander (Espanha), Caixa Bank (Espanha), Credit Agricole SA (França) e Rabobank (Holanda).
- Relatório de Gestão e Contas de 2020 da CCAM Alcobaça, CCAM Cartaxo, CCAM Nazaré, Rio Maior e Santarém, CCAM Alenquer, CCAM Arruda dos Vinhos, CCAM Bombarral, CCAM Cadaval, CCAM Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche, CCAM Lourinhã, CCAM Mafra, CCAM Sobral de Monte Agraço, CCAM Torres Vedras, Banco Português de Investimento (BPI), Caixa Geral de Depósitos (CGD), Millennium BCP, Santander Totta.
- Relatório de Gestão e Contas de 2022 da CCAM Chamusca, CCAM Pernes e Alcanhões, CCAM Leiria, CCAM Pombal, BPI, Santander Totta, Millennium BCP, CGD, Santander (Espanha), Caixa Bank (Espanha), Credit Agricole SA (França) e Rabobank (Holanda).
- Relatório de Gestão e Contas de 2022 da CCAM Alcobaça, CCAM Cartaxo, CCAM Nazaré, Rio Maior e Santarém, CCAM Alenquer, CCAM Arruda dos Vinhos, CCAM Bombarral, CCAM Cadaval, CCAM Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche, CCAM Lourinhã, CCAM Mafra, CCAM Sobral de Monte Agraço, CCAM Torres Vedras, Banco Português de Investimento (BPI), Caixa Geral de Depósitos (CGD), Millennium BCP, Santander Totta.
- Rodrigues R. F da S.(2022). *Mobile Money no Apoio ao Desenvolvimento em Moçambique*. (Master's thesis).
- Silvestre, J. (2023) Farfetched in Jornal Expresso de 22/12/2023 (26 de dezembro 2023). Recuperado de <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2669/html/economia/em-destaque/opiniao/farfetched>
- Sousa, R. (2023). *A banca cooperativa como modelo de banca sustentável*. (Master's thesis).
- Wikipédia. Lourinhã (24 novembro de 2023). Recuperado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Lourinh%C3%A3_%28freguesia%29